

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CARLA SANDRA AGUIAR SIQUEIRA DOS SANTOS

**PANDEMIA COVID-19 E A RUPTURA DA ÚLTIMA FRONTEIRA: CRISE DA
REPRODUÇÃO SOCIAL E A EXPROPRIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS**

VARGINHA/MG

2022

CARLA SANDRA AGUIAR SIQUEIRA DOS SANTOS

**PANDEMIA COVID-19 E A RUPTURA DA ÚLTIMA FRONTEIRA: CRISE DA
REPRODUÇÃO SOCIAL E A EXPROPRIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE
RUA EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.
Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma.

VARGINHA/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Santos, Carla Sandra Aguiar Siqueira dos.

Pandemia COVID-19 e a ruptura da última fronteira: crise da reprodução social e a expropriação de pessoas em situação de rua em um município do Sul de Minas Gerais / Carla Sandra Aguiar Siqueira dos Santos. - Varginha, MG, 2022.

91 f. : il. -

Orientador(a): Fernanda Mitsue Soares Onuma.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Neoliberalismo. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Reprodução social. 4. Capitalismo dependente. 5. Expropriação. I. Onuma, Fernanda Mitsue Soares, orient. II. Título.

CARLA SANDRA AGUIAR SIQUEIRA DOS SANTOS

PANDEMIA COVID-19 E A RUPTURA DA ÚLTIMA FRONTEIRA: CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A EXPROPRIAÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 18 de abril de 2022

Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Profa. Dra. Santiane Arias Ribeiro
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Everton Rodrigues da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Mitsue Soares Onuma, Professor do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Santiane Arias Ribeiro, Professor do Magistério Superior**, em 18/04/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0710424** e o código CRC **3A987090**.

Dedico este trabalho à minha amada filha Cecília.
Torço para que o seu olhar e suas ações sempre se voltem
para os que precisarem de seu amor e compaixão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que me fortaleceu, inspirou, acalmou em inúmeros momentos desafiadores de estudos.

À Unifal-MG, seus professores e técnicos, pela oportunidade singular de crescimento profissional.

À competente Professora Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma, orientadora desta pesquisa, pela dedicação, disponibilidade, envolvimento e paciência. Com muita sabedoria, soube conduzir-me e ensinou-me a mergulhar de cabeça no universo da ciência.

Às pessoas em situação de rua e aos agentes públicos que entrevistei, que compartilharam sem reservas suas experiências pessoais e profissionais, deixando que a ciência os ouvisse.

Ao Assessor de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado da Saúde, Alex, e à Superintendente Regional de Saúde de Alfenas, Thaís, bem como aos amigos do Componente Estadual de Auditoria da SES/MG, em especial à Tereza. Com a compreensão de todos, pude dividir meu tempo e investir na carreira profissional. Espero que os frutos sejam colhidos em nosso trabalho diário na luta pelo Sistema Único de Saúde.

Aos responsáveis pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município estudado que se interessaram pelo tema da pesquisa e colaboraram com a realização da mesma.

À minha primeira família: minha mãe Sônia, meu pai Aldo e minha irmã Daniela e aos meus queridos familiares, em especial à Tia Sandra e Tio Amilar, porque agiram com compreensão, suportando-me nos momentos certos.

Ao meu marido Plínio, que muitas vezes me disse, em tom de brincadeira, que era possível eu trabalhasse, estudasse, criasse nossa filha e cuidasse, com zelo, das atividades comunitárias, porque “eu tinha O Marido”. Sim, minha alegria foi ter Plínio ao meu lado, que ficou à frente de todas as coisas para que essa jornada se cumprisse. A ele, meu eterno amor!

Aos amigos da turma de mestrado 2019 e 2020, principalmente à Alyne, Priscila e Rodrigo e, aos amigos do grupo de estudos GENI, que me ensinaram o grande valor da partilha de experiências em prol do amadurecimento de ideias e consolidação dos nossos projetos.

Aos amigos que a vida me deu, em especial à Priscila, Heron, Vanessa, Juninho, Liliane, Breno, Gislene, Gustavo, Olinda, Regina, Francisco, Rui, Constância e Lourdes que trouxeram mais leveza aos meus dias nestes intensos anos de mestrado e pandemia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Que Deus nos salve dessa sociedade doente.

(Dalva, 2022).

RESUMO

Neste estudo, buscou-se analisar como a ideologia do neoliberalismo afeta as percepções de agentes públicos e de pessoas em situação de rua de um município do Sul de Minas Gerais a respeito das principais medidas adotadas em favor desta população no período de pandemia da COVID-19. Foi realizada pesquisa descritiva, qualitativa, em que a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua e agentes públicos que trabalham com pessoas em situação de rua em nível municipal. A análise dos dados obtidos foi realizada por meio de Análise de Conteúdo, com seleção e categorização dos principais argumentos dos entrevistados para análise à luz da Teoria Crítica de Nancy Fraser e da Teoria da Reprodução Social. Foram elencadas as seguintes categorias emergentes (não-priorísticas) de análise: medidas públicas municipais para proteção das pessoas em situação de rua durante a Pandemia COVID-19 no município do sul de Minas Gerais; Pandemia COVID-19 para quem já estava e para quem chegou nas ruas; percepções das pessoas em situação de rua e dos agentes públicos sobre medidas públicas adotadas no município e a crise da reprodução social e o processo de expropriação das pessoas em situação de rua. Os resultados apontam para o aumento do processo de expropriação capitalista diante do contexto neoliberal de crise de acumulação, acirrado pela Pandemia COVID-19 que atacou, sobretudo, as condições de reprodução social, explicando o aumento da população em situação de rua e que as pessoas recém-chegadas às ruas culpabilizam a si mesmas, e não às estruturas capitalistas, como responsáveis pela situação em que se encontram, reproduzindo o discurso da pedagogia do trabalho como principal saída das ruas. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com a compreensão do processo de aumento do contingente populacional em situação de rua no Brasil, bem como para a reflexão crítica acerca das dinâmicas capitalistas que o geram.

Palavras-chave: neoliberalismo; pessoas em situação de rua; reprodução social; capitalismo dependente; expropriação.

ABSTRACT

In this study, we sought to analyze how the ideology of neoliberalism affects the perceptions of public agents and homeless people in a municipality in the south of Minas Gerais regarding the main measures adopted in favor of this population in the period of the COVID-19 pandemic. A descriptive, qualitative research was carried out, in which data collection took place through semi-structured interviews with homeless people and public agents who work with homeless people at the municipal level. The analysis of the data obtained was carried out through Content Analysis, with selection and categorization of the main arguments of the interviewees for analysis in the light of Nancy Fraser's Critical Theory and the Theory of Social Reproduction. The following emerging (non-priority) categories of analysis were listed: municipal public measures to protect homeless people during the COVID-19 Pandemic in the southern municipality of Minas Gerais; COVID-19 pandemic for those who were already there and for those who arrived on the streets; perceptions of homeless people and public agents about public measures adopted in the municipality and the crisis of social reproduction and the process of expropriation of homeless people. The results point to the increase in the process of capitalist expropriation in the face of the neoliberal context of crisis of accumulation, intensified by the COVID-19 Pandemic that attacked, above all, the conditions of social reproduction, explaining the increase in the homeless population and that people Newcomers to the streets blame themselves, and not capitalist structures, as responsible for the situation in which they find themselves, reproducing the discourse of the pedagogy of work as the main exit from the streets. It is hoped that this research can contribute to the understanding of the process of increasing the number of homeless people in Brazil, as well as to a critical reflection on the capitalist dynamics that generate it.

Keywords: neoliberalism; homeless people; social reproduction; dependent capitalism; expropriation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de atendimentos realizados às pessoas em situação de rua do município do sul de Minas Gerais no período de novembro/2019 a outubro/2021.....	54
Quadro 1 - Pessoas em situação de rua participantes da pesquisa	49
Quadro 2 - Agentes públicos municipais participantes da pesquisa	49
Quadro 3 - Percepção da Pandemia COVID-19 pelas pessoas em situação de rua	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo dos recursos financeiros municipais investidos no albergue nos meses de novembro dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.....	58
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência em Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNPR	Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	22
1.2	OBJETIVO GERAL.....	24
1.2.1	Objetivos Específicos.....	25
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1	O ESTADO NO CAPITALISMO NEOLIBERAL E A QUESTÃO SOCIAL.....	26
2.2	CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO EM NANCY FRASER – AS DUAS EX (EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO).....	33
2.3	CAPITALISMO DEPENDENTE E REPRODUÇÃO SOCIAL	38
3	METODOLOGIA.....	48
3.1	RISCOS E MEDIDAS MINIMIZADORAS.....	51
4	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
4.1	MEDIDAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA PROTEÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS.....	53
4.2	PANDEMIA COVID-19 PARA QUEM JÁ ESTAVA E PARA QUEM CHEGOU NAS RUAS.....	59
4.3	PERCEPÇÕES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DOS AGENTES PÚBLICOS SOBRE MEDIDAS PÚBLICAS ADOTADAS NO MUNICÍPIO.....	64
4.4	A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS.....	76
	APÊNDICES.....	82
	ANEXOS.....	88

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno de pessoas em situação de rua parece ter se naturalizado aos olhos da sociedade. Este estudo pretende se somar a outros que procuraram demonstrar que, na maioria das vezes, o processo de se viver nas ruas em situação de extrema precariedade não é escolha de vida e, por isso, não pode ser naturalizado, e sim compreendido como parte resultante de ideologias que refletem a priorização de interesses econômicos em detrimento dos sociais e ambientais.

Nesta oportunidade, escolheu-se trazer os relatos de pessoas em situação de rua de um município de médio porte em um tempo particular: a Pandemia Covid-19. Assim, algumas inquietações orientaram o caminho desta pesquisa, como: elencar as medidas tomadas pelo poder público local para atender a população em situação de rua durante a pandemia da COVID-19 e quais as percepções desta população acerca das medidas públicas adotadas neste período, bem como a percepção destas pessoas sobre o valor da moradia e do trabalho para, assim, poder contribuir com a reflexão crítica acerca das dinâmicas capitalistas em prol da acumulação de capital, tomando por base sua expressão na realidade local.

O modo como a sociedade tem se relacionado com as pessoas em situação de rua se transformou ao longo do tempo e está cada vez mais apoiado em estereótipos e discursos hegemônicos. Antes, a população de rua era vista como composta por migrantes e desempregados que necessitavam de ajuda, mas atualmente, rotulada pela sociedade como um grupo social formado por pessoas doentes, loucas, criminosas, vagabundas e preguiçosas e que apresentam risco de ameaça social constante (PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019; SICARI; ZANELLA, 2018).

No Brasil, são as políticas sociais vinculadas à área de assistência social que trabalham diretamente com este grupo. As diretrizes das políticas de assistência social foram estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.724/1993 que prevê em seu artigo 1º que é direito do cidadão e dever do Estado o acesso à assistência social, de forma não contributiva, para que sejam garantidos os mínimos sociais e o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Somente em 2009 foi instituída a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPR) que traçou princípios, diretrizes e objetivos específicos para esta população, fato considerado um marco social no país. Pela PNPR, também foi proposta a implantação dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua que são conhecidos como Centros Pop (BRASIL, 2009). Estes espaços se destacam por ofertarem serviços

especializados a esta população, principalmente no desenvolvimento de ações voltadas à inclusão pelo trabalho, a chamada inclusão produtiva. Os Centros Pop integram ações intersetoriais entre as diversas políticas públicas como saúde, habitação, trabalho e segurança alimentar para que haja maior proteção e inserção social, bem como o acesso garantido a direitos para a população de rua, de forma a possibilitar o a criação de senso de pertença à comunidade, o engajamento à participação social e até mesmo fomentar a autoestima e autonomia dos sujeitos (PINHO; PEREIRA; LUSI, 2019).

Pela PNPR (Decreto n. 7.053/2009), a população em situação de rua é definida como:

grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Além do problema da moradia, essas pessoas precisam se preocupar com questões sobre sua própria identidade, insegurança e até mesmo dificuldade de acesso à serviços de saúde. Em serviços públicos, são constantemente atendidas por profissionais despreparados e, muitas vezes, são discriminadas até mesmo por não terem condições de manter boa higiene pessoal. As pesquisas sobre este grupo têm apontado que essas pessoas são constantemente ignoradas pela sociedade em sua autoestima e projetos de vida, sofrendo assim com a injustiça, preconceito e desrespeito (HINO; SANTOS; ROSA, 2018; PINHO; PEREIRA; LUISI, 2019; SICARI; ZANELLA, 2018;).

Conforme Abreu e Farias (2015), há pontos de vulnerabilidades, principalmente a ruptura e fragilidade dos laços familiares e das redes sociais de apoio primárias que precisam ser considerados quando o grupo estudado envolve pessoas em situação de rua. A fragilidade de laços familiares é citada no trabalho de Pimenta (2019) como causa principal que levou 33,7% das pessoas participantes de sua pesquisa que levam as pessoas às ruas. Reis (2014) destaca que a família é um ponto de reprodução social, utilizado como apoio para as relações capitalistas, dando suporte às pessoas quando ocorrem descuidos por parte da esfera pública. Na ausência de vínculos familiares, a população de rua não consegue seguir o modelo prezado de socialização por meio da família e da valorização da propriedade e vida privada (REIS, 2014). De acordo com Abreu e Farias (2015), as pessoas em situação de rua são aquelas que enfrentam frentes de fragilização e vulnerabilidade como a econômica, de moradia, afetiva, de segurança, de gênero e raciais ou outras formas de discriminação.

Nesses trabalhos citados, há em comum a preocupação com as condições de reprodução social das pessoas em situação de rua. A reprodução social é o conjunto de atividades humanas, afetivas, voltadas ao cuidado. É trabalho não-remunerado e não-valorizado pela sociedade, desenvolvido prioritariamente por mulheres, que ocorre na maioria das vezes em domicílios familiares, essencial para a manutenção da força de trabalho no mercado (FRASER; JAEGGI, 2020).

Para Lanfranchi e Ferreirinho (2019), as pessoas em situação de rua são aquelas que, sem moradia e opções de escolha, acabam encontrando nas ruas um espaço alternativo para sobrevivência e interação social. As pessoas em situação de rua são mais vulneráveis que trabalhadores desempregados/informais, em geral, porque não têm como recorrer a familiares para conseguir ajuda em sua reprodução social em momentos de crise de acumulação capitalista, como a que já existia antes, mas foi agravada pela Pandemia COVID-19.

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre Pessoas em Situação de Rua, cujos dados foram coletados em 71 municípios entre 2007 e 2008, identificou cerca de 32 mil pessoas com mais de 18 anos de idade em situação de rua (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020). Conforme este único censo nacional realizado, o perfil desta população era constituído por uma maioria jovem, masculina e negra, com baixa escolaridade e acesso restrito a serviços públicos básicos, como saúde e educação.

Infelizmente, este Censo não revela com fidedignidade o retrato atual da população de rua, que está em constante crescimento, principalmente diante dos desafios impostos pelo cenário pandêmico. Ainda baseado em dados coletados em Porto Alegre entre setembro e outubro do ano de 2016, Pimenta (2019) demonstra que, no censo realizado com este grupo, registrou-se um crescimento de 75,8% desta população, percebendo-se também o envelhecimento da mesma.

A abordagem deste fenômeno pelas políticas públicas e pelos estudos científicos orienta-se no sentido de considerar esta população como composta por pessoas excluídas ou marginalizadas da sociedade. Borysow, Comill e Furtado (2017) indicam que as pessoas que estão em situação de rua têm em comum a extrema pobreza e o fato de não estarem alinhadas ao modelo adotado pela sociedade como modo de se viver a vida. Para estes autores, essas pessoas usam a rua enquanto meio de sobrevivência, de vivenciar relações sociais e de se reproduzirem, já que a maioria destes indivíduos encontram nas ruas sua moradia ou pernoitam nas mesmas para estarem próximas aos locais de seus trabalhos informais.

O fenômeno da população de rua é um problema agravado pelo capitalismo global e suas recorrentes crises em que as mudanças dos processos produtivos tornaram estrutural o

desemprego na sociedade, principalmente a partir da década de 1970 (SILVA, 2009¹ *apud* PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019).

De acordo com Fraser e Jaeggi (2020), o capitalismo global ou financeirizado tem uma de suas principais características a centralidade dos mercados. Desta forma, para que os mercados sejam centrais, elementos não-econômicos ficam como plano de fundo: poder público, reprodução social e meio ambiente. É pela engenharia existente entre plano de fundo e plano central (mercado) controlada pela sociedade capitalista que o capitalismo tem mantido, apesar das inúmeras crises, a acumulação de capital.

Para que haja capital a ser acumulado, é necessário explorar a força de trabalho humana. Fraser e Jaeggi (2020) mostram como a relação entre exploração/expropriação dos trabalhadores está desproporcional, com um aumento progressivo de trabalhadores que tem sido mais expropriados do que explorados.

Logo, para melhor compreensão desta situação e da relação entre expropriação e reprodução social, considera-se que a reflexão de como este grupo social foi priorizado/cuidado durante a pandemia da COVID-19 pode contribuir para ilustrar as mazelas que o capitalismo financeirizado tem causado na sociedade.

Em dezembro de 2019, em Wuhan na China, um alto número de pessoas com pneumonia chamou a atenção de epidemiologistas chineses, alertando-os para a existência de uma nova patologia. As investigações realizadas pelas autoridades sanitárias locais apontaram que um novo coronavírus seria a causa da doença, classificada posteriormente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como COVID-19. A COVID-19, em poucos meses, tornou-se presente em todos os continentes, sendo qualificada como uma situação de pandemia. Tratava-se de uma doença de notificação compulsória, com significativa transmissibilidade e importante taxa de mortalidade (GRUPO DE EPIDEMIOLOGIA DA CHINA, 2020).

No Brasil, o surto da COVID-19 é oficialmente reconhecido em 26 de fevereiro de 2020, quando se registrou oficialmente a primeira morte pela doença notificada no estado de São Paulo. O Ministério da Saúde declarou a COVID-19 enquanto doença de transmissão comunitária em todo território nacional em 20 de março de 2020 (SHADMI *et al.*, 2020).

A grave crise sanitária provocada pela pandemia COVID-19 trouxe turbulência à vida cotidiana com mudanças significativas no modo de trabalhar, de estudar e até de se deslocar. Foi necessário incorporar à rotina novos hábitos de higiene e o uso de máscaras faciais. Mais

¹ SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

ainda, a pandemia afetou de forma considerável o sistema capitalista, que já vinha percorrendo um caminho de recorrentes crises nas últimas décadas.

Além disso, a crise mundial da saúde tem demonstrado com um pouco mais de clareza as diferentes realidades sociais encontradas no mundo. Conforme Estrela (2020) e Santos (2020), o coronavírus não elegeu pessoas a serem contaminadas, mas os seus impactos e sua rápida propagação se distinguiram por diferentes modos entre as classes sociais.

O enfrentamento de uma pandemia solicita esforços multisetoriais e exige um conjunto de políticas públicas, visto que as formas de adoecimento e de combate à doença variam consideravelmente conforme se diferenciam as condições socioeconômicas da população (BARDI *et al.*, 2020), como se expõe a seguir.

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social. Segundo Sposati (2020), no momento em que a COVID-19 precisava ser enfrentada no país, cerca de 100 milhões de brasileiros, ou seja, em torno de 46% da população já estava em condições de vulnerabilidade econômica. Considerando ser quase a metade da população, a autora analisa ser correto utilizar da expressão “população vulnerabilizada”, para a qual os direitos constitucionais são constantemente negados.

Neste sentido, pode-se entender que o contexto da pandemia não criou, mas sim, acentuou o processo de produção de desigualdades sociais que já era próprio ao capitalismo. O Brasil é 9º país mais desigual do mundo, com 30 milhões de pessoas sem saneamento básico, com a 3ª maior população encarcerada do mundo (773.00 presos aproximadamente) e população em situação de rua em torno de 101.854 moradores de rua, que são invisíveis para políticas sociais, o que pode ser visto pela dificuldade de o auxílio emergencial alcançar a população de rua durante a pandemia COVID-19 (SHADMI *et al.*, 2020).

Logo, a pandemia somou-se aos demais fatores de vulnerabilidade social e contribuiu para agravamento do cenário econômico e social. A divulgação diária de contaminados e mortos por COVID-19 passou a ser um dado com o qual os brasileiros aprenderam a conviver. De acordo com Sposati (2020), se quase a metade da população brasileira encontrava-se em situação insegurança econômica, esta parcela também foi a que se tornou refém do vírus. Para este grupo, medidas de isolamento e distanciamento social seriam irrealizáveis, dada as condições ruins de moradia e a necessidade de sair às ruas para trabalhar ou conseguir doações para manter subsistência, sem possibilidade de *home office*.

Por isso, em condições de vulnerabilidade extrema, as pessoas em situação de rua ilustram, de forma ainda mais clara, a relação intrínseca entre condições de enfrentamento à COVID-19 e as desigualdades socioeconômicas, já que não possuem domicílio para se manter

em isolamento social ou acesso a água corrente, álcool e máscaras faciais limpas para autocuidado e prevenção de contágio pelo coronavírus.

As diferentes políticas públicas adotadas em relação à população em situação de rua são direcionadas às ações higienistas, no sentido de retirá-las de circulação em espaços públicos. Boa parte dos albergues e centros de acolhida ficam em locais afastados dos principais comércios e pontos de coleta de material reciclável (que consiste em uma das principais fontes de renda desta população). Além disto, essas pessoas não contam com estacionamentos para os carrinhos de transporte de material reciclável, o que limita a mobilidade destas pessoas que, assim, preferem dormir em logradouros próximos aos centros comerciais. Assim, a mobilidade urbana, que já é um problema às pessoas domiciliadas, é fator crítico ainda maior para as pessoas em situação de rua (QUINTÃO, 2020).

O cotidiano desta população, mesmo antes da pandemia, já colocava estas pessoas sob maior risco de contraírem doenças diversas. O espaçamento entre refeições, condições insalubres, falta de acesso a meios de realizar higiene pessoal adequada e a exposição às alterações climáticas, somados a transtornos mentais, às condições de estresse e de violências enfrentados diariamente podem ser vistos como fatores que já contribuía para a fragilização da saúde destas pessoas (PAULA *et al.*, 2020).

É válido lembrar ainda que este grupo social está inserido em um contexto maior, o do capitalismo neoliberal, tido por Fraser (2020) como inconstante e fortemente predatório. O capitalismo é visto pela autora como algo maior do que um sistema econômico. Trata-se de uma ordem social institucionalizada que necessita de condições não econômicas para sua permanência (FRASER, 2020).

Em países de capitalismo dependente, como o Brasil, a expropriação é ainda mais importante para garantir os ganhos das burguesias locais, já que estas não conseguem competir no mercado de igual para igual com as burguesias dos países centrais. Elas compensam a baixa competitividade aumentando a exploração das classes trabalhadoras nacionais. O risco de insurgência desta população é amenizado/controlado por meio de um discurso ideológico neoliberal que tem atingido as pessoas em situação de rua: “foi para na rua porque não soube organizar suas finanças, não trabalhou direito, não se esforçou o suficiente”.

Cunda e Silva (2020) resgatam a trajetória dos diversos nomes já dados às pessoas em situação de rua, dando a noção de como a ideologia interfere no contexto da sociedade e no modo como este grupo tem sido tratado. De nômade (na Grécia Antiga), desgraçado, mendigo, vagamundo, rueiro à população de rua, o que está de intermediário em todas as fases é o Estado, que passa a categorizar aqueles se desviam da normalidade. Quando o Estado Moderno os

chama de população de rua, não há multiplicidade dos indivíduos nem singularidade entre eles. Tratando-os enquanto um todo, massificando-os, despersonalizando-os e os tornando apenas dados estatísticos (CUNDA; SILVA, 2020).

Já a denominação “situação de rua” é a que realmente mostra a tentativa de amenizar o contexto em que se encontram essas pessoas. O termo é usado não somente para demonstrar que diversas são as situações que conduzem essas pessoas às ruas, mas também para tirar a noção (aos olhos da sociedade) de que se trata de um grupo estigmatizado e arraigado nas ruas (CUNDA; SILVA, 2020). Se essas pessoas estão em “situação de rua”, o problema toma a dimensão subjetiva de transitoriedade, assim como outros aspectos da ideologia neoliberal que troca, por exemplo, o sentido da perda de direitos trabalhistas quando os trata como “flexibilização dos direitos trabalhistas”.

Ou seja, qual seria o interesse de tirar essas pessoas da situação de rua? A não ser que a sociedade questione a ideologia neoliberal e passe a cobrar medidas. Somente com o risco de insurgência das classes trabalhadoras, os capitalistas precisariam dispor de recurso do Estado para fazer políticas sociais, evitando-se questionamentos quanto ao funcionamento do sistema capitalista e do Estado, esse consenso político das massas por meio do qual as classes dominantes controlam a sociedade.

Em um cenário de recorrentes crises capitalistas, a crise sanitária provocada pela pandemia da COVID-19 veio colaborar para o agravamento das crises sociais, que impactam sobremaneira as pessoas mais vulneráveis da sociedade. Este cenário é ainda pior nos países de capitalismo dependente, em que se enquadra o Brasil. A pandemia também afetou as condições de produção e reprodução social deste grupo, que ficaram ainda mais fragilizadas.

Diante da contextualização apresentada, percebeu-se que a reprodução social e sua relação intrínseca com as dinâmicas do capitalismo contemporâneo que marcam a situação de dependência brasileira são elementos essenciais para compreensão da realidade vivenciada por pessoas em situação de rua no contexto da pandemia de COVID-19. Isto porque, como sugerem Reis (2014) e Pimenta (2019), o que difere as pessoas em situação de rua de outras pessoas vulnerabilizadas na sociedade capitalista é o rompimento de seus vínculos familiares. A família, como aponta Reis (2014), é que assume o papel de reprodução social no capitalismo, sobretudo, em seus períodos de crise de acumulação, quando há desinvestimento em políticas públicas voltadas à proteção social.

Não ter vínculos familiares significa não ter parentes ou outras pessoas próximas a quem recorrer para ter acesso à moradia, alimentação e saneamento básico, por exemplo, em

momentos de crise de acumulação, quando a expropriação capitalista se acirra e o desemprego estrutural aumenta.

Seria importante saber das pessoas em situação de rua o modo como enxergam sua própria condição, se submetem por estarem desesperadas por qualquer remuneração ou se veem como empreendedoras, produzindo seu trabalho e reproduzindo, ainda que de modo inconsciente o discurso ideológico neoliberal.

Para a ideologia neoliberal, a falta de moradia é um problema de cunho individual. Todavia, os estudos de Parsell, Clarke e Kuskoff (2020) apontaram que durante a pandemia da COVID-19 e mediante o risco que a falta de moradia representou à saúde pública, o discurso neoliberal da culpabilização da vítima deu lugar à tomada de providências coletivas, reunindo governos e organizações sociais sem fins lucrativos no acolhimento destas pessoas em hotéis, motéis e prédios públicos e privados.

O modo como os diferentes governos se organizaram para acolher a população em situação de rua na pandemia pode esclarecer os valores intrínsecos às diversas sociedades e a funcionalidade desta população para Estados Neoliberais. Em vários países como Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, França e Nova Zelândia, pôde-se observar certo imediatismo em medidas públicas para resolver o problema da falta de moradia e das pessoas em situação de rua, medidas estas que foram apoiadas em um volume robusto de investimentos financeiros no cenário da crise sanitária (PARSELL; CLARKE; KUSKOFF, 2020).

No grupo de países acima relacionados, as principais medidas governamentais para pessoas em situação de rua foram centradas no financiamento da rede hoteleira comercial para que os estabelecimentos ofertassem acomodação e serviços às pessoas em condições de extrema vulnerabilidade. Além de restringir a circulação do vírus, quando se evitou a circulação das pessoas em situação de rua, o setor de hotelaria foi economicamente beneficiado, pois quando não havia mais como hospedar devido às restrições sanitárias, os hotéis destes países receberam recursos financeiros governamentais para acolher essa população e puderam manter seu funcionamento (KIRBY, 2020). Outras medidas foram tomadas como: organização de estacionamentos improvisados como locais de acolhimento, o uso de veículos recreativos e reboques, utilizados para abrigar as pessoas sem moradia que contraíram a COVID-19, e ainda, utilização de bibliotecas municipais como local de acolhida para as pessoas sem-teto no período noturno (BENAVIDES; NUKPEZAH, 2020).

Já na Índia, para os pesquisadores, o governo foi negligente com as pessoas em situação de rua. Não houve esforço coordenado entre autoridades e organizações para cuidar dos que na rua estavam. As iniciativas governamentais e de grupos solidários foram centradas em

fornecimento de abrigo e comida, porém quase nada foi feito para conter a propagação do vírus (BANARJEE; BHAHACHARYA, 2020).

A pandemia da COVID-19 têm sido um desafio sem precedentes para a gestão pública, que exigiu de agentes públicos esforços e habilidades para conter tanto a disseminação do vírus quanto os danos no cenário econômico. No Brasil, durante a crise sanitária, o desemprego impactou cerca de 37,3 milhões de pessoas que viviam na informalidade (COSTA, 2020). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 14,8 milhões de pessoas estavam desempregadas no primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021). As medidas públicas tomadas por governos estaduais e municipais no primeiro ano da pandemia mostraram uma opção pelo atendimento das demandas sociais que pudessem impactar positivamente na economia das cidades. Medidas como fornecimento de cestas básicas e auxílios emergenciais à população em vulnerabilidade foram priorizadas em detrimento ao desenvolvimento de medidas de prevenção/atenção à saúde da população (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

No período entre os anos de 2012 a 2020, o Brasil registrou um aumento de 140% da população em situação de rua (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020). A vulnerabilidade de grupos como o de pessoas em situação de rua, o da população privada de liberdade e de refugiados foi agravada pela pandemia da COVID-19, o que resultou no aprofundamento dos desafios sanitários e políticos. Este tem sido ponto central para pesquisas relacionadas à COVID-19, como a de Estrela *et al.* (2020) e de Rodrigues, Cavalcante e Faerstein (2020).

Estudos apontaram para a necessidade de medidas públicas emergenciais econômicas e assistenciais mais assertivas para população em vulnerabilidade social no Brasil no período pandêmico. Tratando-se especificamente de população em situação de rua, a fome prolongada foi um dos principais desafios enfrentados por este grupo no período inicial da pandemia, quando medidas de isolamento social foram adotadas de forma mais veemente para conter a propagação do vírus. Com a redução drástica da circulação de pessoas nas ruas, as doações destinadas a esta população também diminuíram. Justamente as pessoas em situação de rua, que apresentam maior vulnerabilidade e risco de contágio pela COVID-19, receberam assistência precária, tiveram seu trabalho prejudicado e sofreram com a estigmatização social, mediante ações higienistas adotadas por gestores públicos (PAULA *et al.*, 2020).

O estudo de Honorato e Oliveira (2020) apresenta as principais medidas públicas adotadas para pessoas em situação de rua no Brasil nos primeiros meses da pandemia COVID-19. Os pesquisadores realizaram busca das principais notícias publicadas referente a este grupo e entrevistas com profissionais que trabalham diretamente com pessoas em situação de rua,

sendo estes: uma coordenadora de Centro Pop do interior de Minas Gerais, uma cuidadora social do Distrito Federal e dois agentes de Organizações não Governamentais (ONGs), em Uberlândia e Uberaba, no interior de Minas Gerais que lidam diretamente com a PSR em instituições de acolhimento e recuperação. Como resultados, os pesquisadores compreenderam que, em nível de gestão municipal, houve poucas articulações entre os setores para que essa população fosse protegida do risco de contágio pelo coronavírus. A ação mais frequente tomada por municípios e estados foi a adaptação de locais de acolhimento já existentes ou a criação temporária de novos abrigos. De acordo com as entrevistas realizadas neste estudo, grande parte das iniciativas tomadas em nível municipal não eram provenientes de planejamento público prévio, mas de iniciativas próprias dos profissionais que estavam na linha de frente.

No Brasil, a crise sanitária provocada pela COVID-19 somou-se às recorrentes crises do capitalismo e no desenrolar da doença, os governantes constantemente reafirmavam nas mídias sociais que a prioridade seria salvar a economia para evitar um futuro colapso econômico e social. A priorização de medidas econômicas caminhou ao lado da crescente ampliação dos problemas sociais como o aumento das pessoas em situação de rua ocasionado pelo crescimento da população desempregada na pandemia.

Assim, importa também entender se os agentes públicos que tratam com esta população reiteram o discurso funcional da pedagogia do trabalho, mesmo durante a grave crise sanitária que comprometeu as condições de produção e manutenção da reprodução social destas pessoas. Desta forma, as entrevistas com as pessoas em situação de rua e com os agentes públicos da gestão municipal que tratam com este grupo poderão indicar respostas para alguns destes questionamentos.

Na seção seguinte da justificativa, explora-se mais detidamente esta questão como justificativa teórica deste estudo, que tomou por base empírica ações adotadas pelo poder público de um município do sul de Minas Gerais com relação à população em situação de rua no contexto da pandemia COVID-19.

1.1 JUSTIFICATIVA

As pesquisas mostram que as pessoas em situação de rua na pandemia COVID-19 foram tratadas/acolhidas com medidas públicas temporárias, que amenizaram o sofrimento no cenário mais agudo de crise sanitária. Neste trabalho, entende-se que se pode avançar um pouco mais, procurando dar voz às pessoas em situação de rua e aos agentes que com elas trabalham sobre

como perceberam a Pandemia para demonstrar que na raiz do problema das pessoas em situação de rua está a questão social em que o capitalismo se apoia.

Silva (2020) aponta que as pessoas em situação de rua não deveriam ser adjetivadas como população vulnerável, mas compreendidas como pessoas trabalhadoras que foram desapropriadas dos meios de produção e de reprodução social, sobretudo, pelo rompimento de vínculos familiares. Assim, se essas pessoas permanecem destituídas de meios para produzir e se reproduzir, qual seria a funcionalidade disto para o sistema capitalista? Não há como tratar a população em situação de rua como excluída socialmente se elas exercem um papel produtivo e reprodutivo, ainda que precário para a sociedade capitalista. E desta forma, como compreender as políticas sociais conduzidas para este grupo durante o período da pandemia?

Entende-se ser importante estudos de casos locais como forma de dar continuidade aos trabalhos de campo envolvendo pessoas em situação de rua. O perfil da população de rua e seus anseios pode ser variável conforme as características econômicas e sociais em que esta população se encontra, assim, é fundamental conhecer a população local em situação de rua para a formulação de políticas públicas mais assertivas.

Desta forma, é intenção deste trabalho contribuir com o entendimento de como tem funcionado algumas das estruturas capitalistas, de modo a demonstrar que o estudo sobre pessoas em situação de rua sob a ótica da crítica neoliberal que Nancy Fraser faz ao capitalismo pode colaborar para avanços no entendimento do papel desta população para o capitalismo dependente e a manutenção de sua situação de extrema vulnerabilidade social. Espera-se que este trabalho possa contribuir com estudos sobre gestão pública municipal, conscientizando gestores e demais agentes públicos a repensarem o modo de conduzir medidas sociais mais significativas e de longo prazo voltadas às pessoas em situação de rua.

O grupo de pessoas em situação de rua, nesta pesquisa, são tomados como um exemplo para evidenciar as condições de exploração e expropriação que a grande massa de pessoas está sendo submetida a fim de dar continuidade ao projeto neoliberal de acumulação de capital.

Este estudo tem o potencial de trazer outras perspectivas para o estudo de pessoas em situação de rua, a partir da teoria da reprodução social e das dinâmicas inerentes ao capitalismo neoliberal, no intuito de tornar possível à sociedade debates sobre as estruturas ocultas impostas pelo capitalismo que são obstáculos à emancipação desta minoria bem como contribuir com os grupos de pesquisa que estudam reprodução social, principalmente sobre como aspectos sobre as relações de gênero e patriarcado colaboram para estudos de minorias.

Apesar dos estudos sobre o fenômeno das pessoas em situação de rua seguirem a linha temática da exclusão social, um ponto que deve ser levado em consideração é que este

fenômeno deve ser estudado sobre outras dimensões, sendo uma delas a que colocam Oliveira e Guizardi (2020), que entendem ser este fenômeno um “complexo e contraditório processo de produção e reprodução social” (OLIVEIRA; GUIZARDI, 2020, p. 11).

Neste sentido, estes autores entendem que o citado fenômeno, assim como as demais políticas relacionadas à questão social, é resultante de processos ideológicos e de poder. Essa visão é semelhante à de Vale e Vecchia (2020), que consideram ser necessário tratar a desigualdade social estrutural como base para o fenômeno das pessoas em situação de rua, o que torna essa problemática um pouco mais intrincada do que de fato parece.

Assim, esta é a contribuição deste estudo, no sentido de demonstrar algumas das estruturas sociais e de poder em que as pessoas em situação de rua estão emaranhadas, de forma que o presente trabalho possa avançar no estudo das medidas públicas locais para as pessoas em situação de rua em um período mais prolongado da pandemia COVID-19 para buscar a compreensão, a partir do olhar para a gestão municipal, de como a ideologia neoliberal tem afetado subjetivamente pessoas em situação de rua, principalmente no modo como concebem seu papel funcional no sistema capitalista e interpretam as condições (ou sua ausência) de produção e reprodução social em que se encontram.

É preciso refletir e abrir os olhos para fenômenos como aumento do trabalho informal e precário, constante aumento da inflação, preços exorbitantes de cesta básica e do gás de cozinha, por exemplo, dificultando a reprodução social das famílias, bem como o enfraquecimento e dificuldade de acesso à proteção social. São problemas enfrentados por uma grande massa de pessoas trabalhadoras, que não são naturais (apesar de parecerem naturalizados) e possuem suas raízes fundamentadas a partir da ideologia neoliberal do capitalismo contemporâneo. Assim, a problemática da falta de moradia não é um problema somente das pessoas em situação de rua: o debate interessa a toda a sociedade que de algum modo tem sido expropriada com as práticas neoliberais.

1.2 OBJETIVO GERAL

Compreender como pessoas em situação de rua e agentes públicos locais percebem as políticas públicas adotadas pela gestão de um município sul-mineiro durante o período de março de 2020 a novembro de 2021, de pandemia da COVID-19, voltadas às pessoas em situação de rua, analisando-as a partir da Teoria da Reprodução Social e da crítica à ideologia neoliberal em Nancy Fraser.

1.2.1. Objetivos Específicos

- Identificar as principais medidas públicas adotadas pelo governo local para acolhimento e proteção das pessoas em situação de rua no período de enfrentamento à pandemia COVID-19.

- Apresentar as percepções de pessoas em situação de rua durante a Pandemia COVID-19 acerca das medidas adotadas pelo poder público local para acolhimento e proteção desta população durante o período estudado.

- Apresentar as percepções agentes públicos municipais que atuam junto a pessoas em situação de rua durante a Pandemia COVID-19 acerca das medidas adotadas pelo poder público local para acolhimento e proteção desta população durante o período estudado.

- Analisar, a partir da Teoria de Reprodução Social e da crítica à ideologia neoliberal presentes em estudos de Nancy Fraser, as medidas públicas e as percepções de pessoas em situação de rua e agentes públicos locais acerca das medidas adotadas pela gestão municipal para enfrentamento da pandemia de COVID-19 no município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste Tópico, discute-se o papel do Estado no capitalismo neoliberal e como a questão social tem sido trabalhada em políticas públicas, a crítica ao neoliberalismo de Nancy Fraser, com foco na relação exploração/expropriação dos trabalhadores e por fim, discorre-se sobre o Capitalismo Dependente e suas condições de reprodução social.

2.1 O ESTADO NO CAPITALISMO NEOLIBERAL E A QUESTÃO SOCIAL

Esta exposição inicia-se pelo conceito de capitalismo para Fraser e Jaeggi (2020): mais do que um sistema econômico, o capitalismo é ordem social institucionalizada, que varia no tempo e no espaço e que, apesar de global, não tem a mesma forma em todo lugar do mundo.

A sociedade capitalista tem na riqueza o seu valor supremo. Segundo Engels (1984), desde que o acúmulo de riquezas se tornou um dos principais objetivos da humanidade, a organização da sociedade moderna tem se moldado pelas relações econômicas e classes sociais, considerando-se o tipo de trabalho e a posse de bens, mercadorias e dinheiro de cada sujeito social (ENGELS, 1984).

Na obstinação pela acumulação de capitais, uma grande massa tem sido explorada pelas classes dominantes. E o Estado têm sido um dos principais instrumentos facilitadores para estas classes. Esta é a concepção de Estado para Engels (1984): uma instituição criada com o propósito específico de manter a riqueza, a propriedade privada e a acumulação de bens, cumprindo o papel de proteção de interesses de grupos dominantes. O Estado é construído como um poder aparentemente público, externo à sociedade, que garante a manutenção da sociedade de classes, por meio do controle e amortecimento dos conflitos abertos das lutas de classes. Esta instituição cumpriu (e ainda cumpre) diversos papéis ao longo da trajetória do capitalismo, se adaptando aos desafios que foram surgindo para a permanência do sistema capitalista e os interesses das classes dominantes (ENGELS, 1984).

De acordo com Antônio Gramsci, filósofo italiano de meados do século XX, essa noção de Estado pode ser tratada de modo ainda mais dilatado. Para Gramsci, o Estado vai além da coisa política, amplifica-se pela soma da sociedade política e sociedade civil. As reflexões gramscianas demonstram a formação de um Estado que ultrapassa os interesses econômicos da burguesia. Sendo as crises parte do capitalismo, à medida em que essas ocorrem, o Estado também se transforma. Assim, para manter certo equilíbrio no sistema capitalista, o Estado precisou atender não somente às classes burguesas, mas também, parcialmente, às demandas das classes subalternas, inserindo em suas funções mecanismos para o desenvolvimento de

políticas públicas sociais, mas mantendo o reforço das diferenças entre classes sociais (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER, 2013).

O Estado seria então uma superestrutura com duas funções: atua como investidor, para garantir o equilíbrio econômico e tem função pedagógica, que replica na sociedade valores e normas morais que são de interesse das classes dominantes, fragmentando assim a força das classes subalternas. O Estado alia elementos como a repressão, coerção e consenso para equilibrar as relações entre burguesia e classes subalternas, disseminando padrões que interessam às classes dominantes em toda a sociedade, ou seja, a hegemonia. A hegemonia é um conceito que se destaca na teoria de Gramsci, que relaciona o modo pelo qual a dominação alcança padrões culturais, políticos e econômicos e aliena as classes subalternas (VASCONCELOS; SILVA; SHMALLER, 2013).

Para Coutinho (2020), estudioso do trabalho de Gramsci, vale ressaltar essa descrição de Estado enquanto aparelho de hegemonia. Cabe ao Estado modular o nível cultural e moral da grande massa da população para que esta corresponda no desenvolvimento das suas forças produtivas e com isso, atenda aos interesses das classes dominantes. O Estado seria responsável por criar sociedade e cidadãos de convivência. Isto ocorre, por exemplo, por meio de manutenção de instituições que cumprem a função educativa (positiva) como escolas ou por meio de instituições que cumprem a função educativa repressiva (negativa) como os tribunais. O Estado é, assim, um instrumento dotado de certo grau de imparcialidade, situado aparentemente entre a economia e a sociedade para inserir na sociedade ritmo e padrões ditados pela economia e pelas classes dominantes no capitalismo (COUTINHO, 2020).

De acordo com a teoria de Gramsci, o Estado hegemônico provocaria na sociedade a construção de um consciente coletivo, mas de uma forma discreta e contínua, ressaltando os valores que interessam mais às classes dominantes a fim de que as classes menos privilegiadas se apropriem desses valores como se fossem delas mesmas (COUTINHO, 2020).

Esta concepção de um Estado que atua como criador de consciente coletivo, defendida por Gramsci é também absorvida e transformada pela teoria neoliberal ao final do século XX e início do século XXI. Este período foi marcado pelo fenômeno da globalização ou da mundialização do capital, quando se deu início ao processo intenso de internacionalização e valorização do capital financeiro para que sua acumulação fosse ininterrupta. A mundialização do capital é marcada por políticas de desregulamentações, privatizações e desmonte de direitos sociais (CHESNAIS, 1996).

De acordo com Pazello (2013), a globalização trata-se de um fenômeno político, social, ambiental, cultural e econômico, cujo foco é resolver o problema econômico. A ideologia

neoliberal promove o discurso de valorização do indivíduo e do mercado consumista em detrimento ao coletivo (PAZELLO, 2013).

Harvey (2008) descreve o neoliberalismo como:

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

Na década de 1990, o projeto neoliberal ganhou força para desvencilhar o capital financeirizado das restrições sociais e políticas. Boito Júnior (1999) destrincha o significado do que seria a ideologia neoliberal, destacando suas contradições entre teoria e prática. Para este autor, tal ideologia tem como principal foco a promoção do liberalismo econômico e a exaltação do mercado concomitante à abdicção da intervenção estatal na economia.

Assim, no discurso, o neoliberalismo valoriza a liberdade da iniciativa, a superioridade do mercado em relação ao Estado, a soberania do consumidor e a prevenção de prejuízos econômicos e sociais por meio da redução de ação estatal. Nesta perspectiva, é pela redução da ação do Estado enquanto produtor de bens e serviços, regulador e promotor social que se evitam desperdícios, ineficácia e cidadãos acomodados (BOITO JÚNIOR, 1999).

É o que também demonstra Harvey (2008). Para ele, no consciente coletivo, o discurso neoliberal propagado é de que o bem-estar seria alcançado pela maximização do mercado, valorização das liberdades e capacidades humanas empreendedoras individuais e pela priorização de direitos como propriedade privada, livre mercado e livre comércio (HARVEY, 2008).

Na prática, para Boito Júnior (1999), existem contradições do neoliberalismo entre o discurso propagado e a prática. Dentre essas contradições, estão a ausência da concorrência perfeita de mercados e da soberania do consumidor e as recorrentes crises, que devastam a sociedade intensificando a pobreza à medida em que há o crescimento da riqueza.

Assim, é possível afirmar que novos papéis são propostos para o Estado no contexto neoliberal. Na proposta de redução e reformulação do intervencionismo estatal, o Estado passa a atuar para atender mais aos interesses do capital financeiro do que à sociedade, por exemplo, intervindo com maior propriedade nas taxas de câmbios entre as nações, mas flexibilizando a regulação da questão salarial dos trabalhadores, que ficam à mercê do mercado (BOITO JÚNIOR, 1999). Para Harvey (2008), diante da supremacia do mercado, o Estado precisa deixar as questões sociais como bem-estar e promoção de justiça social em segundo plano.

Conforme Gregório (2019), o Estado necessita apresentar-se como de todos, mas precisa manter a ordem e as regras sociais. O papel que o Estado desenvolve é o pedagógico, como instrumento de influência na sociedade civil, subordinando-a no campo moral e intelectual, omitindo ou naturalizando as diferenças entre classes sociais e pacificando a luta de classes.

Deste modo, importa saber que o Estado pode adotar novas formas necessárias para manter seu objetivo de amortecer o conflito de classes, se adaptando diante da necessidade material e histórica de cada momento. Mediante as análises de Boito Júnior (1999) e Harvey (2008), entende-se que à medida que surgem desafios para permanência do capitalismo, o Estado precisa se manter enquanto ferramenta de consolidação de interesses das classes que estão no poder. O Estado é instrumento para garantir liberdade, segurança e renda para poucos. Para os demais, propaga um discurso, que ecoa, mas que não contribui para transformar as realidades sociais.

Para Boito Júnior (1999) e Harvey (2008), na prática, a configuração do Estado neoliberal desviou-se da teoria neoliberal e se adaptou conforme local e época. Nem mesmo a questão dos direitos sociais são tratadas da mesma forma nos países centrais e na periferia. Se na Europa houve redução de direitos e do Estado de Bem-estar social, nos países periféricos, em que os direitos sociais pouco avançaram, estes seguem ainda mais degradados e suprimidos pela ideologia seguida pelos governos neoliberais. As estratégias de definição de regras internacionais de comércio favoreceram a inserção de características neoliberais no plano doméstico, com medidas de austeridade e hostilidade às formas de solidariedade social que colocam obstáculos à acumulação do capital. Os mercados se flexibilizam para que permitir maior acumulação de riquezas, e cada vez mais estas têm sido provenientes dos baixos salários, da insegurança no emprego e das perdas de benefícios/proteções/direitos dos trabalhadores (BOITO JÚNIOR, 1999; HARVEY, 2008).

Assim, novos rumos são traçados para a sociedade neste contexto. O Estado neoliberal passa a atuar despolitizando a questão social, desresponsabilizando o aparelho estatal pelo bem estar-social e reduzindo os direitos sociais, pela subfinanciamento, aumentando, assim, a desigualdade (DIEHL; PORTO, 2020). Dentre as formas que torna esse movimento de redução de proteção social possível, estão a difusão de discursos da meritocracia e a culpabilização dos sujeitos pela sua própria condição de vulnerabilidade socioeconômica na sociedade capitalista. Para Harvey (2008), o discurso hegemônico de culpabilização da vítima, que justifica menores investimentos em proteção social, saúde e educação, ganha força. Da mesma forma, ganha fôlego a ideia de que só alcançam êxito na vida profissional e econômica, aqueles que,

aparentemente, se esforçaram para isso. Este é um discurso que despreza o fato de que as oportunidades de vida são desiguais (HARVEY, 2008).

Para Harvey (2008), os discursos da meritocracia e da culpabilização da vítima têm mascarado os subprodutos negativos do capitalismo neoliberal como a exploração das massas, a funcionalidade das minorias dentro do contexto econômico e a permanência das desigualdades sociais e da pobreza nas sociedades. Ianni (1989) afirmou que não há interesse em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem desigualdades sociais, mas sim, de demonstrar que a culpa da pobreza e miséria seria da própria vítima.

A história do neoliberalismo e seu avanço no século XX para a lógica do capitalismo global evidencia as consequências negativas desta fase, principalmente para população de baixa renda de países periféricos, como os da América Latina. Dentre as principais consequências estão o aumento da desigualdade, o restrito acesso a serviços de saúde e educação, flexibilização da legislação trabalhista, com aumento dos contratos temporários. As condições sociais estão piores e cada vez é maior a expansão do mercado informal, de pessoas que vivem da renda do trabalho informal ou de subempregos. Por sua vez, os Estados pouco têm realizado para assistir às demandas sociais, já que também enfrentam limites de orçamento e exorbitantes dívidas externas a fim de transferirem recursos públicos às mãos privadas de grandes empresários, banqueiros e financistas (DUPAS, 2008; DIEHL; PORTO, 2020).

Assim, o discurso neoliberal que promete grandes avanços econômicos e sociais tem como resultado, nas últimas décadas, fracassos para as grandes massas, principalmente no aumento da exclusão e da marginalização de grupos sociais. A desigualdade e a pobreza não são somente produtos do capitalismo global, mas também, estruturas necessárias para que este continue a se perpetuar (DUPAS, 2008).

Diante do exposto sobre a sociedade e Estado neoliberal, alcança-se o entendimento de que o neoliberalismo coloca o mercado na função de estabelecer o curso e os valores da sociedade, tendo o Estado como propagador do discurso hegemônico (que interessa às classes dominantes), sendo ator fundamental para construção política do modo como a sociedade opera, sob a lógica da gestão privada, alcançando, inclusive, transformação das subjetividades, tornando, assim, desnecessárias as conquistas coletivas e naturais as desigualdades sociais.

Em 1989, Octávio Ianni já demonstrava que havia um descompasso proposital entre a modernização da economia e Estado e o atraso da sociedade. Para o autor, os progressos na economia dependem da pauperização dos trabalhadores da cidade e do campo. Infelizmente, o sofrimento e falta de qualidade de vida dos trabalhadores são produtos do crescimento

econômico (IANNI, 1989). Passaram-se mais de 30 anos (e uma geração inteira nascida após a escrita do texto) e a questão social continua a ser uma chaga aberta na sociedade capitalista.

Montaño (2012) explica porque as desigualdades e a pobreza não poderão ser eliminadas da sociedade capitalista. Questão social e pobreza também são conceitos concebidos pela sociedade capitalista de forma hegemônica. A questão social não é tratada como consequência estrutural do sistema capitalista, mas como causa natural de más escolhas de vida, de falta de conhecimentos das leis do mercado ou de incapacidade de planejamento de vida. Para o autor, no neoliberalismo, o combate à pobreza é algo estratégico, que precisa estar na agenda estatal, porém com ações mínimas e precárias, e também necessita ser compartilhada pela sociedade, como corresponsável, por meio de filantropias e ações do Terceiro Setor (MONTAÑO, 2012).

O que Montaño (2012) apresenta é que a pobreza é fruto de uma sociedade que vive na abundância. O que mostra uma grande, embora funcional, contradição do capitalismo neoliberal. É justamente no processo de acumulação de capital que se encontra o aumento da desigualdade e da pobreza. “Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital)” (MONTAÑO, 2012, p. 279).

Trazendo a discussão próxima à realidade das pessoas em situação de rua, que enfrentam uma situação de extrema pobreza, Tiengo (2020) conclui em sua pesquisa que as pessoas em situação de rua, muitas vezes tidas pelo discurso hegemônico como “vagabundas”, são, em sua maioria, trabalhadoras, e trabalham para sobreviver, porém sem a esperança de romperem com o processo de rualização. O modo como esse grupo trabalha é reflexo da redução de direitos sociais provocadas pelo neoliberalismo. Para a autora, trata-se, predominantemente, de um trabalho informal, sem estabilidade ou direitos trabalhistas. É uma população pertencente ao processo de acumulação capitalista, ou seja, ser pessoa em situação de rua é ser parte da condição estrutural do modo de produção capitalista (TIENGO, 2020).

Ainda antes da pandemia da COVID-19, Pinho, Pereira e Lussi (2019) demonstraram que os agentes públicos entrevistados (coordenadores de Centros Pops) percebem o trabalho (inclusão produtiva) como o meio mais viável para que a situação de rua seja superada e que ocorra, de fato, o processo de saída das ruas, com recuperação de autonomia e autoestima e, até mesmo, conquista de emancipação dos sujeitos.

A crítica tecida por Pinho, Pereira e Lussi (2019) de que agentes públicos considerem ser o trabalho a solução principal para retirar as pessoas da rua vai ao encontro ao que Octávio Ianni conceitua como Pedagogia do Trabalho. Ianni (1989) demonstra que a desvinculação intencional da questão social da questão econômica afasta as críticas às desigualdades sociais

(produto da prosperidade econômica e do fortalecimento do poder do Estado) das críticas ao capitalismo e ao seu próprio modo de operar.

De acordo com o conceito da Pedagogia do Trabalho, o trabalho é divulgado como algo necessário ao progresso da sociedade e a miséria é tida como inimiga do homem, já que resulta da ociosidade e da preguiça (IANNI, 1989). O que intriga o autor é que justamente a falta de trabalho é fruto do modo de operar o sistema capitalista, pois é estrutural ao sistema. Esta contradição está em não ter como trabalhar por não existir empregos para todos, ao mesmo tempo em que se é miserável porque não se trabalha. Para Ianni (1989), não há como separar questão social da questão econômica, já que o trabalho está no centro da questão social.

Pode-se então considerar que o trabalho, mesmo que precário, insalubre e mal remunerado, seja solução principal para as pessoas em situação de rua? Por que e a quem interessa o enquadramento das pessoas em situação de rua no trabalho?

E quanto ao Estado neoliberal? Cabe a este aparelho garantir o mínimo existencial para subsistência, por meio de distribuição de benefícios sociais ou garantir o mínimo necessário para o exercício da autonomia? Ou os dois?

Para Al Alam (2014), caberia ao Estado exercer funções como providenciar condições para suprir necessidades alimentares e de saúde de sua população, zelar pela segurança, liberdade religiosa e de expressão, prover educação acessível e vida privada, de modo que as políticas públicas possam promover a inserção dessas pessoas em atividades que possam gerar renda ou uma vida digna. Mas se o Estado é privado, criado e controlado por interesses hegemônicos, a questão social toma outro sentido, que não o de zelar pela vida das pessoas.

Ianni (1989) compreendia que o progresso econômico precisa da pauperização de trabalhadores da cidade e do campo e que a prosperidade econômica e o fortalecimento do poder do Estado perpassam por produzir as desigualdades sociais.

Entende-se, portanto, que para que o capital prospere, as classes dominantes se valem do Estado neoliberal para direcionar suas ações para favorecer a acumulação de capital financeiro. Assim, a exploração de trabalhadores, as desigualdades sociais e a pobreza são processos inerentes a esta acumulação. São os processos estruturais que sustentam as desigualdades na sociedade bem como os discursos hegemônicos de culpabilização da vítima ou a criminalização da pobreza. Em Nancy Fraser, é possível encontrar conceitos e relações para se compreender como estão desenhadas e ocultas as principais estruturas ou planos de fundo do capitalismo neoliberal que estão afetando a vida das pessoas em situação de rua.

2.2 CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO EM NANCY FRASER – AS DUAS EX (EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO)

As Teorias Críticas originárias na Escola de Frankfurt da Alemanha trazem análises sobre a emancipação frente às situações de opressão dos homens. Por meio delas, pode-se compreender a vida econômica da sociedade, as transformações culturais e o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, de forma a entender os problemas de conexão entre todas essas partes (FLECK, 2017).

As Teorias do Reconhecimento são parte das teorias críticas e emergiram no mundo globalizado para provocar reflexões sobre como seria possível promover condições de emancipação e igualdade social, superando a subordinação de alguns grupos a outros dominantes. Estas teorias têm sido desenvolvidas por vários autores, como Taylor, Honneth e Fraser (MENDONÇA, 2012). Neste trabalho, busca-se os estudos de Nancy Fraser como apoio.

Nancy Fraser é uma estudiosa inquieta por mudanças na maneira de se discutir justiça social e de se expor como é estruturado o capitalismo. A autora defende que é preciso tornar evidentes os obstáculos que foram propositalmente institucionalizados pela sociedade capitalista. Esses obstáculos têm provocado o impedimento de participação dos sujeitos enquanto parceiros integrais sociais, tornando-os marginalizados da comunidade política e dependentes de caridade ou benevolência (FRASER, 2009).

Essa dependência por caridade não provoca a mudança social. No caso das pessoas em situação de rua, pode-se afirmar que estas são reconhecidas pela sociedade como necessitadas de cuidados essenciais para a sobrevivência e, por isso, até recebem, por meio de políticas distributivas, doações de alimentos, de roupas, de abrigos provisórios e materiais para cuidados de higiene. Mas estes necessários alívios temporários da dor psíquica e física destas pessoas pelo cuidado não transformam a situação de extrema pobreza que enfrentam (FRASER, 2009).

Hass (2016) evidencia o alerta de Nancy Fraser para o desenvolvimento de políticas distributivas dissociadas de mudanças em políticas estruturantes que, por não provocarem ruptura no ciclo da naturalização da pobreza, tornam-se frágeis. Assim, apenas reconhecimento do sujeito social por si só, não acompanhado de redistribuição dos meios de produção, pode ser tomado como uma das faces do interdiscurso (quando um discurso faz menção a outro, ainda não explicitamente) do neoliberalismo propagado e que não consegue mobilizar para transformação social (FRASER, 2009). Outras faces deste interdiscurso envolvem a valorização da meritocracia como caminho ao “sucesso” e a culpabilização da vítima para compreensão de

fracassos vistos pessoais (HARVEY, 2008). Todas essas faces ocultam estruturas essenciais ao capitalismo neoliberal, como a naturalização da pobreza e das desigualdades sociais.

A própria sociedade capitalista legitima que alguns de seus atores sejam considerados inferiores, de modo que as instituições estruturam a interação social, determinando quem são os atores sociais iguais e quem são os inferiores. Por meio de padrões institucionalizados hegemônicos, a sociedade chega a negar a alguns de seus membros a participação igualitária, o que se ilustra pelos discursos de estigmatização de mães solo como irresponsáveis ou pela criminalização de indivíduos por pertencerem a determinada categoria étnico/racial (FRASER, 2007).

De tal modo, na prática, é possível pensar em um problema específico de nossa sociedade: a habitação. Por que tantas pessoas ainda não dispõem de moradia? Sem dúvidas, a ausência de moradia é um fator de vulnerabilidade que as pessoas estão sujeitas, que faz com que estas precisem se submeter às condições impostas pela sociedade capitalista, como ocupar vagas de trabalho insalubres e precárias em troca de remuneração para conseguirem alugar um espaço de moradia. A própria história do capitalismo inicia-se a partir da expropriação dos trabalhadores de suas terras, retirando destes o acesso aos meios de subsistência para torná-los vulneráveis à exploração do capital pela venda de sua força de trabalho em troca de salários (ENGELS, 2015).

A falta de moradia é um dos principais problemas da classe trabalhadora. Em Engels (2015), a problemática da falta de moradia envolve não somente os expropriados da terra, como também os que precisam pagar aluguel para ter uma habitação. Para o autor, a falta de moradia pela classe trabalhadora é funcional ao capitalismo. Porém, ainda no século XIX, esta era uma questão de interesse das classes burguesas e, por conseguinte, do Estado, o qual estas últimas controlam.

Analisando as condições históricas e materiais no século XIX de países como a Inglaterra (centro da produção industrial da época) e da Alemanha (que teve inserção mais tardia no comércio internacional), Engels (2015) mostra que tal interesse surgiu quando os avanços das ciências naturais modernas apontaram as más condições de moradia das classes menos abastadas (insalubres e aglomerando diversas famílias de trabalhadores empobrecidos) como focos epidêmicos. Como Engels (2015, p. 65) aponta:

A dominação capitalista não tem como permitir-se a diversão de gerar doenças epidêmicas entre a classe trabalhadora sem sofrer as consequências; estas recaem sobre aquela e o anjo da morte se esbalda entre capitalistas com a mesma falta de escrúpulos com que o faz entre os trabalhadores (ENGELS, 2015).

No século XXI, além da moradia, a sociedade capitalista possui outros pontos de fragilidade elencados por Fraser e Jaeggi (2020) como as condições não-econômicas do capitalismo, pois formam um plano de fundo em que o capitalismo se apoia para existir.

Para Fraser e Jaeggi (2020), são quatro as características fundamentais do capitalismo:

- a) divisão social entre quem tem a propriedade dos meios de produção e quem tem somente a força de trabalho;
- b) mercado de trabalho “livre”;
- c) processo de acumulação de capital;
- d) centralidade dos mercados na sociedade capitalista.

Sobre o quarto item - centralidade dos mercados na sociedade capitalista -, as autoras destacam que até nos países de socialismo histórico existiram mercados, mas que no capitalismo neoliberal, os mercados são centrais e tornam possíveis a dinâmica de acumulação de capital. É por meio dos mercados que é possível ocorrer a mercantilização dos insumos (força de trabalho humano, matérias-primas, imóveis, créditos, entre outros) para a produção de mercadorias. Os mercados direcionam como será investido o excedente social, ou seja, como as pessoas vão viver (FRASER; JAEGGI, 2020).

Conforme Fraser e Jaeggi (2020), este é um ponto chave: os mercados são centrais ao capitalismo, mas só é possível alcançar esta centralidade, se forem suportados pelas condições não-econômicas ou planos de fundo do capitalismo.

Dentre estas condições não econômicas, estão as atividades não-remuneradas de reprodução social para manutenção da força de trabalho assalariado, a organização do poder público para prover ordem e previsibilidade para acumulação de capital e os sistemas vivos não-humanos para extração sem reservas de suprimentos para produção de energia e matérias-primas para produção de mercadorias (FRASER; JAEGGI, 2020).

Na fase atual em que se encontra o capitalismo (capitalismo financeirizado), há uma mudança na forma em que se relacionam economia e política: o capital financeirizado disciplina a nova relação entre economia e política em prol dos interesses de investidores privados e, assim, consegue extrapolar a questão dos Estados Nacionais, e passa a ditar as regras de condução das ações dos próprios Estados e da coisa pública, em prol da acumulação de capital.

Todavia, o que ocorre é que ao mesmo tempo em que o capitalismo depende dos elementos e recursos não-econômicos, nega essa dependência, impacta-os e os desequilibra (FRASER; JAEGGI, 2020). A partir desta visão, pode-se pensar que os elementos do plano de fundo (reprodução social, meio ambiente e poder público) são tidos como uma base estrutural

para a permanência da sociedade capitalista. O capitalismo financeirizado tem sido responsável pela forte erosão da base, que está desequilibrando e trazendo riscos de desabamento do sistema.

Um sinal que torna evidente esta situação é a grave crise sanitária da Pandemia COVID-19, que mostrou como a agilidade de atuação dos Estados (poder público – elemento não-econômico) no enfrentamento à grave crise COVID-19 foi desproporcional e aquém à capacidade em dar uma resposta eficaz à crise sanitária (SANTOS, 2020). Em tempos de neoliberalismo e domínio do capital financeiro, avesso a investimentos significativos em políticas sociais, os serviços públicos subfinanciados tornaram-se incapazes de contornar a pandemia COVID-19.

Fraser e Jaeggi (2020) revelam os modos como os principais elementos do plano de fundo se relacionam com a sociedade capitalista e sobre como o Estado é condição histórica essencial para manutenção do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada. Em todas as fases do capitalismo, desde o capitalismo mercantil, o liberal, o administrado pelo Estado e o atual, financeirizado, o Estado teve o papel preponderante sobre a sociedade, estabelecendo relações de exploração ou expropriação conforme a conveniência da sociedade capitalista.

Fraser e Jaeggi (2020) enfatizam como o capitalismo precisa da exploração e da expropriação (as duas ex) para acumular capital. Há uma interdependência entre os mecanismos de exploração e expropriação. Não é possível haver exploração sem antes existir a expropriação.

Sobre a exploração, para que haja acumulação de capital, é necessário antes que a produção seja organizada por meio da exploração do trabalho. Neste meio, o trabalhador “livre” se vê obrigado a vender sua força de trabalho (valor), já que não detém os meios de produção, em prol de um salário para sua subsistência por meio da “livre” troca contratual. Na exploração, o capital assume os custos da reposição da força de trabalho e trata os trabalhadores como cidadãos de direitos e que podem, ao menos no discurso capitalista, contar com proteção estatal (FRASER; JAEGLI, 2020).

Porém, um passo antes destas relações contratuais estabelecidas, está a expropriação. Ainda no capitalismo mercantil do século XVI, a expropriação foi determinante para criar condições de exploração. A expropriação é mais direta, não há dissimulações. Nesta relação, o capital não assume custos da reprodução, confisca trabalho e outros meios de produção como a terra, animais, ferramentas, energias dos sujeitos. Os sujeitos expropriados tornam-se dependentes e não podem recorrer ao Estado para proteção (FRASER; JAEGLI, 2020).

Aí, neste degrau, abaixo dos trabalhadores explorados, encontram-se as pessoas em situação de rua: expropriadas, que não contam com o capital nem para produzir nem para se reproduzirem. Aos expropriados, o reconhecimento: de certa forma, são reconhecidos e

cuidados pela sociedade, de forma essencialmente assistencialista para que possam sobreviver com o mínimo necessário (FRASER; JAEGGI, 2020).

Os trabalhadores explorados estão um grau acima dos sujeitos dependentes que foram expropriados. Porém, o que as autoras observam é que o capitalismo financeirizado tem criado uma relação nova entre exploração e expropriação, no sentido em que a expropriação tem ganhado força, enquanto máquina para a acumulação de capital. Assim a expropriação tem se universalizado, e atingido até mesmo os sujeitos que contam com a proteção social e são tidos como cidadãos (FRASER; JAEGGI, 2020).

Esta análise revela que, após algumas fases do capitalismo, as recorrentes crises (inerentes ao capitalismo) têm conduzido a uma crescente opção pela volta da expropriação enquanto forma importante para acumulação de capital. Para Fraser e Jaeggi (2020), a volta à expropriação é vantajosa aos capitalistas e traz uma solução a curto prazo para a continuidade da acumulação de capital, como no caso da crise da bolha imobiliária de 2008, em que até nos Estados Unidos, maior economia mundial, as pessoas tiveram suas casas tomadas pelos bancos.

No cenário atual, principalmente no Brasil, é possível observar o avanço da expropriação, aumentando ainda mais a massa de sujeitos dependentes. São cortes constantes no orçamento público para a questão social somados à perda de direitos trabalhistas, redução salarial e precarização do trabalho e necessidade de constantes empréstimos junto ao setor financeiro que comprometem as despesas para a manutenção da reprodução social das famílias.

Para Fraser e Jaeggi (2020), o capitalismo tem criado uma grande massa de sujeitos expropriáveis e desamparados. Desta forma, a população em situação de rua, no sentido de expropriação acima demonstrado, assume funcionalidade para a sociedade capitalista. Desconsiderando outros problemas de pesquisa igualmente importantes sobre esta população, como o direito de viver na cidade ou do desejo de conduzir a própria vida como bem quiser, neste trabalho fica acentuada a necessidade de se debater sobre o porquê de não haver medidas efetivas em prol de resolver o sofrimento destas pessoas e famílias. Uma possível resposta que se sugere aqui é que para estas pessoas, expropriadas, o pouco que for oferecido pode ser tudo e, por isso, obtém-se um exército industrial ainda mais sujeito a péssimas condições de trabalho. Como observam Fraser e Jaeggi (2020): expropriar para agregar ainda mais valor ao capital.

A expropriação faz parte do capitalismo e é um recurso ao qual as classes dominantes sempre recorrem quando diante de crises de acumulação. Contudo, gera um perigo ao próprio capitalismo: a existência de uma multidão de pessoas expropriadas pode ser um “barril de pólvora” que leve à revolta da população. Ainda assim, por que estas pessoas estão sendo negligenciadas pelas políticas sociais, se estas ajudariam as classes dominantes a conterem que

esse “barril de pólvora”? É possível que o neoliberalismo esteja mudando o modo das pessoas de perceber coisas e o papel que precisam desempenhar para o capitalismo, criando um ambiente político, no qual, graças à informalidade e ao empreendedorismo, as pessoas culpam a si mesmas e não às estruturas sociais capitalistas pela sua expropriação e condição precária de sobrevivência.

As reflexões de Nancy Fraser ajudam a elucidar as questões inerentes ao desenvolvimento social, a fim de compreender o papel do Estado frente ao atendimento às pessoas em situação de rua durante a pandemia COVID-19 por parte de governos locais.

A sociedade capitalista não parece fornecer bases para a promover vida digna nem favorece a igualdade social. A própria manutenção da vida, essencial ao capitalismo, é tratada como plano de fundo ou segundo plano. Para que este trabalho possa avançar na compreensão da relação entre exploração, expropriação em um país periférico, se faz necessário o estudo sobre a relação entre capitalismo dependente e reprodução social, conforme se apresenta a seguir.

2.3. CAPITALISMO DEPENDENTE E REPRODUÇÃO SOCIAL

Para Engels (1984), a sociedade moderna (sociedade de classes) é marcada pelas relações econômicas, propriedade privada e divisão social do trabalho. Nesta sociedade, uma minoria rica tornou-se exploradora da maioria empobrecida e o acúmulo de riqueza de poucos foi diretamente proporcional ao empobrecimento das massas. Segundo o autor, quando o homem aprendeu a produzir excedente e foi criada a divisão de trabalho, quem se tornou mercadoria foi o próprio homem, pois sua força de trabalho tornou-se objeto de uso e de troca.

O primeiro passo para a exploração pelo trabalho e acumulação de capital se deu na separação forçada do homem de seus meios de produção e reprodução social, quando ocorreu expropriação do homem de sua terra (na passagem do feudalismo para o capitalismo). Sem meios próprios para produzir ou se reproduzir (sem ter onde morar, o que comer, por exemplo), parte da população viu-se obrigada a participar do processo de exploração, ao vender sua força de trabalho aos donos dos meios de produção para sobrevivência (ENGELS, 1984).

A relação entre expropriação e exploração do trabalhador, como explicada por Fraser e Jaeggi (2020), é condição inerente para manutenção do capitalismo. Atualmente, em uma visão mais abrangente, é preciso também compreender a relação de desigualdade e dependência existente entre países periféricos e países centrais. Ruy Mauro Marini, um dos principais estudiosos da Teoria da Dependência Marxista, usa o conceito de superexploração como

característica essencial do capitalismo dependente e explica como a superexploração tem impactado negativamente trabalhadores e suas famílias.

De acordo com os estudos de Marini, devido às suas peculiaridades e deformações, países periféricos como os da América Latina são dependentes dos países centrais. No processo histórico da divisão internacional do trabalho, mesmo antes do processo de industrialização, os países periféricos tornaram-se meios para que a riqueza gerada em seus territórios fosse utilizada para o desenvolvimento dos países centrais (ALMEIDA FILHO, 2012).

Desta forma, esta relação de dependência foi um mecanismo marcante para que os países periféricos fizessem parte do capitalismo. Tratando especificamente da América Latina, os países pertencentes à esta região participam da divisão internacional do trabalho fornecendo bens-salários, matérias-primas e alguns poucos bens sofisticados, funções estas que não necessitam e ainda limitam a incorporação de progresso tecnológico. A ausência de grandes progressos tecnológicos é negativa aos países periféricos, pois somada ao acúmulo da dívida externa e à diferença entre os preços de exportação de matérias-primas com relação à aquisição de produtos industrializados/manufaturados (este último sempre maior do que o primeiro) resultam em déficit para os países periféricos (ALMEIDA FILHO, 2012; MUNIZ, 2012).

Assim, para manutenção da acumulação de capital, é preciso promover a diminuição dos salários dos trabalhadores de países periféricos e, por conseguinte, a diminuição do valor necessário à reprodução da força de trabalho. Esta é a relação de superexploração dos países latino-americanos com relação aos centrais, marcada predominantemente pela desvalorização do trabalhador (ALMEIDA FILHO, 2012; MUNIZ, 2012).

A dependência dos países periféricos com relação aos países centrais é estrutural. Esta dependência tem desenhado processos cada vez mais profundos, envolvendo além da dependência tecnológica e maior exploração do trabalhador, a dependência de capital financeiro para realização de investimentos e financiamento de consumo interno. Importa saber que, nas economias dependentes, o Estado dá melhores condições ao mercado, pois passa a atuar em políticas que favoreçam o escoamento da produção, que permitam maiores subvenções dos produtores e até a formação de novos consumidores para os padrões de consumo impostos pelos países exteriores centrais (NEVES, 2012).

De forma mais direta, como aborda Marini (2000), o que se entende é que as relações econômicas desiguais entre países periféricos e centrais são marcadas pelas perdas econômicas para os primeiros. Como os produtos fornecidos pelos países periféricos são de menor complexidade tecnológica ou primários, também os valores destes produtos são inferiores. Essa diferença de preço entre este intercâmbio de mercadorias é compensada no mercado interno dos

países periféricos pela superexploração do trabalho. A superexploração do trabalho se traduz em remuneração do trabalhador abaixo do valor de seu trabalho, com intensas e prolongadas jornadas de trabalho e pioras significativas das condições de reprodução social para que, mesmo nos países periféricos, seja possível a acumulação de capital (MARINI, 2000).

Nas condições de superexploração do trabalho e de reprodução social subfinanciada, qualquer trabalhador pode favorecer a acumulação de capital, ainda que este não seja reconhecido como trabalhador ou atue na informalidade. Por isso, apesar do enorme preconceito social que sofrem, pessoas em situação de rua possuem função ao capitalismo. Para compreender isso, recorre-se aos conceitos de valor de trabalho e mais-valia de Karl Marx.

Para Marx (2011), as mercadorias úteis para os outros possuem valores-de-uso-sociais. Neste processo, o valor de uma determinada mercadoria é medido pela quantidade de trabalho necessário para que esta seja produzida. O trabalho e sua exploração são elementos essenciais para creditar o valor de troca às mercadorias.

Marx (2011) mostra que há uma diferença existente entre o valor do trabalho produzido pelo trabalhador e o salário que é pago a este. Como o tempo da jornada de trabalho normalmente é superior ao tempo necessário para pagar pelo seu trabalho, o tempo excedente gera a mais-valia, produzida pelos trabalhadores e apropriada pelos detentores dos meios de produção. Ou seja, os que possuem os meios de produção pagam salários não correspondentes aos trabalhos executados e, desta forma, alcançam o lucro desejado. É possível medir o grau de exploração do trabalhador pela taxa de mais-valia: quanto maior for a razão entre a mais-valia e o capital empregado na força de trabalho, maior a exploração do trabalhador pelo capitalista.

Karl Marx descreve o mecanismo existente no capitalismo que dividia trabalhadores entre proletariado tradicional, exército industrial de reserva, os incapacitados para trabalho e lumpemproletariado. A descrição deste mecanismo coopera para o entendimento das mudanças das relações de trabalho do século XXI.

Para Marx (2011), o proletariado tradicional era formado pela classe trabalhadora ativa e assalariada e também pelo exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa). Com o crescimento do capital e o desenvolvimento da indústria (por maiores investimentos tecnológicos), reduziu-se a necessidade de muitos trabalhadores. Assim, um exército industrial de reserva era formado por esta parcela populacional com capacidade de força-de-trabalho, mas que não foi absorvida pelas indústrias (MARX, 2011).

Exercendo importante função estrutural na economia e na política, o exército industrial de reserva acaba por pressionar o exército ativo quanto às pretensões salariais e submissão às regras capitalistas, já que um trabalhador ativo exigente poderia ser substituído a qualquer

momento por um do exército de reserva. O exército industrial de reserva é um dos mecanismos acionado pelo capitalismo para garantir a valorização do capital por meio da redução dos custos da força de trabalho (MARX, 2011; FERRAZ, 2010; GOULART, 2012).

Para Karl Marx, o exército de reserva poderia ser dividido em três categorias: os que eram capazes de trabalhar, os candidatos que eram capazes de trabalhar e os que não tinham capacidade para o trabalho. A primeira categoria seria relacionada aos trabalhadores que poderiam rapidamente ser absorvidos pelas indústrias em caso de necessidade de expansão de mercado ou substituição de trabalhadores. A segunda tratava-se de crianças e mulheres que poderiam fornecer seu trabalho e serem rapidamente contratados, quando a força física não era mais tão necessária ao trabalho industrial e a terceira categoria era formada pelos que não tinham como contribuir com força de trabalho, nesta última se enquadrariam os inválidos, idosos e incapazes (FERRAZ, 2010).

Goulart (2012) destaca que Karl Marx percebeu ainda um contingente populacional que não seria absorvido pelas fábricas, denominado de lumpemproletariado. O lumpemproletariado é constituído pelos que não estariam à disposição do capital e nem gostariam de estar. Este grupo foi exemplificado por Marx como vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, saltimbancos, trapaceiros, jogadores, donos de bordeis, entre outros. Seriam pessoas ligadas ao crime, pilhagem ou roubo, considerados improdutivos e moralmente mal vistos pela população.

Dados estes conceitos e avançando para o século XX, especificamente para as décadas de 70 e 80, é importante contextualizar que com o progressivo desenvolvimento tecnológico somadas à crescente força de correntes neoliberais, o sistema capitalista cria mecanismos políticos e econômicos para aumento da produtividade. Inicia-se então, novos rearranjos das relações de trabalho, com maior exploração da força de trabalho e a ativação de mecanismos ideológicos como o aumento da produção de exército de reserva (MUELLER; FERRAZ, 2010).

O século XXI é marcado pelo capitalismo financeirizado, em que investidores privados ditam as regras do jogo para Estados Nacionais. À medida em que ocorre o crescimento do capital global, menor têm sido a demanda de trabalho e maior o número de trabalhadores desocupados que formam o exército industrial de reserva. O exército industrial de reserva continua a ser fator para a regulação de preços dos salários no mercado de trabalho (MUELLER; FERRAZ, 2012).

Atualmente, há uma outra categoria de trabalhadores, que não seria formada nem pelo lumpemproletariado nem pelo exército de reserva. Estaria na zona entre essas duas categorias. Trata-se do subproletariado ou “trabalhadores informais” ou ainda “microempreendedores”,

esta última denominação utilizada quando mencionada pelos neoliberais. Essa categoria se destaca como resultante das constantes transformações das relações de trabalho no capitalismo (GOULART, 2012).

Goulart (2012) aponta que os trabalhadores informais são, em sua maioria os migrantes, os que possuem renda intermitente e muito baixa, com famílias numerosas e mulheres como únicas responsáveis pelo provento familiar em seus domicílios, que não estão no mercado formal de trabalho. São pessoas que trabalham por conta própria, com produção em pequena escala, empregando baixo grau de tecnologia e atuando sem separação entre capital e trabalho. Possuem ainda baixa capacidade em acumular capital. No campo da legalidade, o trabalho informal não se enquadra às proteções da legislação trabalhista e previdenciária (GOULART, 2012).

Esta informalidade também é parte estrutural do capitalismo e estratégica para conter a crise do capital, pois possibilita a criação de arranjos produtivos mais flexíveis, com desregulamentação de mercado e retirada de direitos dos trabalhadores e ainda propiciam a flexibilização da legislação para aumentar a exploração da força de trabalho (GOULART, 2012).

A piora das condições de manutenção da vida pelo aumento da exploração do trabalhado, levou muitos a enfrentar condições de pobreza extrema, por estarem desprovidos dos meios de produção ou não terem de acesso a qualquer riqueza socialmente produzida. Aqui se enquadram as pessoas em situação de rua. Muitas enfrentam problemas de alcoolismo e drogas, conflitos familiares, são egressas do sistema prisional ou necessitaram migrar de seu país de origem. O desemprego é um dos elementos de peso para que essas pessoas passem a viver e/ou depender das ruas. Na falta de oportunidades de trabalho formal, essas pessoas passam a desenvolver trabalhos precários e mal remunerados para manutenção de sua sobrevivência, porém sem a possibilidade de vislumbrar autonomia financeira (REIS, 2014; PINHO; PEREIRA; LUSSI, 2019).

Os estudos desenvolvidos por Tiengo (2020) demonstram que as pessoas em situação de rua podem ser consideradas trabalhadoras informais, que não possuem estabilidade ou acesso a direitos trabalhistas. De acordo com a pesquisadora, o trabalho informal é atividade essencial para a população de rua (TIENGO, 2020). Esta população tem atuado principalmente em atividades como, por exemplo, reciclagem, jardinagem, guarda e lavagem de carros e mendicância (PIMENTA, 2019).

Para Tiengo (2020), grande parte das pessoas que estão nas ruas até buscam o trabalho formal, a maioria não escolheu estar nas ruas. A autora denomina as pessoas em situação de rua

como a “escória da informalidade”, pois precisam desenvolver seus trabalhos de modo informal, sem obter ao menos renda suficiente para prover condições de reprodução social como moradia e alimentação adequada.

Goulart (2012) critica o fato de a população em situação de rua não ter sido contemplada pelo IBGE 2013 como “empresa informal” com a justificativa de que o trabalho da população em situação de rua não traduz em práticas econômicas socialmente aceitas, já que indivíduos domiciliados não o fariam.

Goulart (2012) questiona o porquê desta exclusão, já que as atividades exercidas por moradores de rua também movimentam capital e os mesmos participam da renda gerada por ele. Os trabalhos irregulares exercem maior pressão sobre a força de trabalho, diminuindo o seu valor, aumentando, portanto, a mais-valia. Não teriam os catadores de latinha alguma função para as empresas que fabricam refrigerantes/cervejas? Esse tipo de trabalho precário exercido, muitas vezes pela população em situação de rua, sem qualquer vínculo empregatício, sem direitos sociais, com péssima remuneração não supre algumas necessidades do capitalismo?

Se Fraser e Jaeggi (2020) demonstram que o trabalho reprodutivo é o trabalho não pago, ou seja, apropriado em forma de valor pelo capitalista e Marini (2000), pelo conceito de superexploração, demonstra que as burguesias de países periféricos não têm condições de competir com as burguesias internacionais, pois o produto agrícola de exportação tem menor valor que o produto manufaturado importado, esta condição de expropriação em que se encontram as pessoas em situação de rua, em maior vulnerabilidade de condições adequadas para produção e reprodução social é ainda mais interessante à acumulação de capital no capitalismo dependente.

Ainda mais exploradas (porque também são expropriadas), estas pessoas trabalham para empresas sem vínculos empregatícios, como fazem os catadores de material reciclável ao contribuírem à lógica reversa de latinhas para fabricantes de refrigerantes e cervejas, por exemplo. O que leva à compreensão de que no capitalismo dependente, o subproletariado, que ganha ainda menos que o trabalhador super explorado, é produto e produtor importante para a criação de valor ao capitalista, sobretudo, no atual contexto de crise de acumulação acirrado pela pandemia em um país dependente, como o Brasil.

Para Rodrigues (2015), as pessoas em situação de rua são desdenhadas em seus anseios e suas condições de vida, sendo, constantemente, classificadas por pesquisadores sociais como invisíveis para a sociedade, já que a mesma naturalizou a intolerância. Ainda de acordo com Sicari e Zanella (2018), não raras vezes, esses indivíduos são acusados de serem responsáveis

pelo quadro de criminalidade, pela sensação de insegurança e pela degradação do cenário urbano.

As pesquisadoras Sicari e Zanella (2018) realizaram revisão sistemática referente aos trabalhos publicados no período de 2006 - 2016 envolvendo pessoas em situação de rua, e perceberam que há uma relação de dicotomia na forma como a sociedade se relaciona com estas: parte da população geral as trata com exclusão e preconceito enquanto outra parcela da sociedade caminha em direção a construir uma relação de ajuda e auxílio, principalmente quanto à providência de alimentos para prover a sobrevivência deste grupo.

Para Souza (2015), as ações em políticas públicas desenvolvidas para os que estão em situação de rua persistem em seguir um modelo assistencialista, que não transforma nem produz o sujeito social consciente, digno, autônomo, socialmente respeitado. E, para agravar este cenário, Sicari e Zanella (2018) observam que as imagens constantemente estereotipadas de pessoas em situação de rua propagadas pela mídia têm colaborado para disseminar uma sensação de medo, desconfiança e hostilidade na sociedade com relação a este grupo bem como para que as políticas públicas relacionadas à população de rua se transformem em políticas mais racionais, menos solidárias e de cunho higienista.

Em entrevistas com pessoas em situação de rua, Vale e Vecchia (2020) compreenderam que as ações de cuidados das pessoas em situação de rua são constantemente direcionadas para a sobrevivência destas. Para os autores, é necessário ir além do assistencialismo e evitar a lógica de culpabilização do sujeito pela situação em que está. Se ainda não são conscientes de que são sujeitos de direitos tão pouco poderão alcançar qualquer forma de organização em prol de emancipação, participação social ou alcance de vida autônoma (VALE; VECCHIA, 2020).

As pesquisas criticam o caráter assistencialista das políticas públicas, mas o que propõem o que em seu lugar? Realocação destas pessoas em postos formais de trabalho para que possam ser “livres”? Emancipação pelo esforço individual de saída das ruas?

Marx (2011) já apontou que trabalho assalariado no mercado formal não é “liberdade”, mas sim uma exploração, justificada pelo discurso moralizante da Pedagogia do Trabalho de que elas “precisam ser assalariadas e, assim, poderem pagar aluguel e saírem das ruas”. Uma das contradições do capitalismo é pregar a Pedagogia do Trabalho enquanto não há emprego formal para todos e como se o salário garantisse condições de moradia digna para qualquer brasileiro.

No Brasil, enquanto país de capitalismo dependente, a superexploração interessa enquanto recurso para acúmulo de capital pelas burguesias (nacionais e internacionais), assim não há interesse há de tirar as pessoas da rua. Talvez só se movimentem quando estas

começarem a se mobilizar, a exemplo do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) e outros, que são criticados justamente por tocarem nesta parcela que, nas zonas urbanas, mostram o avanço da expropriação na periferia do capitalismo financeirizado atual.

Se na lógica colonizadora de exploração da América Latina já estava se construindo o destino de países periféricos no cenário econômico mundial, com a função principal de prover bens primários para o centro econômico europeu, logo, na profunda desigualdade social e na pobreza de suas populações é possível compreender a dimensão desta estrutura econômica imposta aos países latino-americanos, principalmente na questão social (MEDEIROS *et al*, 2020).

Para traçar o elo entre a exploração/expropriação e a reprodução social, é necessário encerrar este capítulo com maior detalhamento do que seria a reprodução social, principalmente porque as péssimas (inexistentes) condições de reprodução social são uma realidade marcante para as pessoas em situação de rua.

A reprodução social é um campo de atividades humanas voltadas ao cuidado seja de crianças, adultos ou idosos. São atividades conhecidas como suposto trabalho afetivo, ato de amor, que seria “natural” às mulheres e que, por isso, não são remuneradas, até por serem vistas como tarefas que ocorrem “fora” do mercado, normalmente executada por mulheres em ambientes domésticos (FRASER; JAEGGI, 2020). Neste sentido, o trabalho doméstico produz, dentro do imaginário social compartilhado do Estado, reforço à ideia de divisão entre “público” e “privado” e a separação social entre Estado, mercado e “sociedade civil”, necessários para conferir ao Estado capitalista a aparência de “público” e “externo” aos interesses das forças de mercado.

Federici (2019) é incisiva ao demonstrar que, apesar das mulheres não receberem salário pela atividade de reprodução social, são elas que produzem o produto mais valioso do mercado, que é a força de trabalho. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos periféricos, o trabalho doméstico e a família são pilares importantes de sustentação da produção no capitalismo.

A questão da habitação também é uma questão de reprodução social. Uma moradia ideal torna possível o abrigo do frio, traz segurança e condições sanitárias adequadas para a realização de refeições e higiene pessoal, essenciais à manutenção da saúde e vida das classes trabalhadoras. Um trabalhador que consegue ter acesso à moradia se reestabelece em condições adequadas no período de seu descanso e consegue dar continuidade à suas tarefas no dia seguinte.

O estudo da reprodução social envolve conhecer ideologias que permeiam a sociedade capitalista como gênero e o patriarcado. Gênero se refere à construção social histórica de

estereótipos acerca do que seria “feminino” ou “masculino”, impondo normas sociais que diferenciam homens de mulheres, sendo um recurso para direcionar a ocupação de lugares distintos na divisão social de trabalho, normalizando e naturalizando a ideia de que homens são bons em cuidar de bens e serviços para a manutenção do mercado e mulheres ideais para manter as condições da vida privada (SAFFIOTI, 2011; ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

A ideologia do patriarcado, por sua vez, procura naturalizar a dominação do homem em relação à mulher. O patriarcado é uma relação hierárquica de poder, que dá direito aos homens sobre as mulheres e pode ser acrescida de violência física ou psíquica (SAFFIOTI, 2011).

A família é um pequeno núcleo econômico, é uma instituição que protege o trabalhador e garante abundância e qualifica a força de trabalho. Vale citar o que diz Federici (2019, p.77): “A essência da ideologia capitalista é glorificar a família como um “mundo particular”, a última fronteira onde homens e mulheres “mantêm [sua] alma viva”.

Não é surpresa, portanto, que é na família que as ideologias de gênero e o patriarcado reproduzem o modo como a sociedade está estruturada, ou seja, sob relações de dominação-exploração. Nestas relações, cabe ao homem o papel de provedor e à mulher, que muitas vezes também precisa prover, a função de cuidar do marido, dos filhos e de idosos. A reprodução social é a base material do patriarcado bem como a base para o capitalismo. É na reprodução social que os trabalhadores encontram sua rede de apoio para subsistirem e continuarem a manutenção da produção de capital (FEDERICI, 2019; ONUMA; OLIVEIRA, 2021).

No mercado de trabalho, a relação de patriarcado está presente na diferença entre contratação de homens e mulheres, quando homens recebem mais para desempenhar as mesmas funções do que mulheres. De acordo com Hirata (2001), o capitalismo neoliberal causou transformações profundas no mundo do trabalho. O trabalhador precisa estar mais fortemente envolvido com o desempenho de suas funções, porém ao mesmo tempo, sente-se mais inseguro quanto ao risco de perder seu emprego. A autora descreve uma mudança ainda maior que tem ocorrido com mulheres, que são mais vulneráveis no mercado de trabalho. Estas estão enfrentando cada vez mais uma sobrecarga de trabalho na informalidade, sem proteção trabalhista, tornando-se únicas provedoras de sua família, sem ter companheiros com quem compartilhar a responsabilidade pela renda familiar (HIRATA, 2001).

O desemprego estrutural, os baixos salários e a necessidade de emigrar de sua região de origem em busca de melhores condições de vida tem sido fatores importantes para a desestruturação das famílias. Para Federici (2019), apesar da reprodução social ser ponto fundamental para construção de subjetividades, as políticas neoliberais de ajuste estrutural têm sido “pedras de tropeço” para os núcleos familiares.

As instituições financeiras e investidores privados, ao pressionarem os Estados para cortes de despesas sociais, por meio de adoção de programas de austeridade a fim de vencer crises de acumulação de capital, têm provocado, em níveis locais, principalmente de países capitalistas dependentes, uma geração de homens que não conseguem mais manter o sustento da família, famílias com dupla ou tripla jornada de trabalho para sustentar o domicílio, bem como Estados impossibilitados de realizar investimentos na manutenção de condições dignas para reprodução social (FEDERICI, 2019; FRASER; JAEGGI, 2020).

O retrato que se tem é de uma crise profunda da reprodução social. Mulheres terceirizando o cuidado para outras mulheres, igualmente exploradas pelo capitalismo, lares sendo desfeitos por consumo de drogas e álcool que amenizam a pressão psicológica e pela saída de homens que não conseguem aceitar a perda de seu lugar no estereótipo de gênero enquanto provedor da casa. Fraser e Jaeggi (2020) consideram que a crise da reprodução social é inerente ao capitalismo.

Para pessoas em situação de rua, a situação tem sido ainda pior. São pessoas que vivem do trabalho informal e não têm onde morar. Estão expropriadas de formas de reprodução social e são mais suscetíveis (desesperadas) a aceitarem qualquer pagamento pelo seu trabalho. Neste cenário, é compreensível que capitalistas dos países dependentes, que exportam e têm baixo valor agregado em seus produtos, paguem menos por esses trabalhos e acumulem ainda mais capital, aumentando seu ganho pela superexploração, ou mesmo, pela via de ganhos mais imediatos com a expropriação, a exemplo da tomada de casas por bancos para arcar com o endividamento de famílias (MARINI, 2000).

Sob o fardo da exploração, expropriação e superexploração no capitalismo dependente, as mudanças de nomes das pessoas em situação de rua contribuem para naturalizar à sociedade um quadro grave de falta de moradia e acesso a direitos humanos. Quando as classes médias se pauperizam e perdem as casas, é o nome que muda. Assim, “situação de rua” dá ideia de transitoriedade, ou seja, reforça a ideologia neoliberal de por falta de planejamento e organização financeira, o indivíduo foi para as ruas, mas com seu devido esforço sua “situação” pode melhorar.

As pessoas expropriadas estão sendo cada vez mais negligenciadas pelas políticas sociais, mesmo sendo esta uma ferramenta de contenção/control social. O neoliberalismo pode estar provocando uma mudança de ambiente político em que as pessoas não conseguem mais culpar estruturas sociais pela sua expropriação e condição precária de sobrevivência, e sim os indivíduos. Para analisar esta hipótese, apresenta-se, a seguir, a metodologia adotada nesta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa, de caráter qualitativo, a coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, a partir de dois roteiros orientadores. A entrevista semiestruturada permite perceber como o uso da linguagem traz significação da vida social. Na intenção de falar, há uma dimensão simbólica nas respostas dadas ao pesquisador. Neste contexto, o pesquisador é peça-chave para entender os significados dos momentos ao longo das entrevistas (MATTOS, 2005).

A pesquisa foi concretizada em um município da região sul de Minas Gerais. O projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFAL-MG, conforme parecer nº 4.944.335 de 31/08/2021 e a coleta de dados realizada no período de 14/10/2021 a 15/12/2021.

As entrevistas foram realizadas com a finalidade de se compreender as percepções das pessoas em situação de rua sobre o viver nas ruas e as medidas tomadas para acolhimento e cuidados das pessoas em situação de rua pelo poder público no período da pandemia COVID-19 bem como identificar as principais medidas adotadas pelo poder público municipal com relação a este grupo no período de crise sanitária. Para todos os entrevistados, foram entregues Termo de Consentimento Individual com esclarecimentos sobre a pesquisa, garantindo aos participantes que não seriam identificados pelo nome tão pouco o município em que as entrevistas foram realizadas.

Para qualificar as perguntas que seriam utilizadas nas entrevistas, foi realizada entrevistas prévias como teste com uma pessoa em situação de rua e um agente público, o que possibilitou a readequação de algumas perguntas destes instrumentos.

O recrutamento de pessoas a serem entrevistadas foi realizado por meio de amostragem do tipo “bola de neve”, com indicações por parte de pessoa em situação de rua e profissional da saúde já conhecidos(as) pela equipe de pesquisa e o tamanho da amostra teve por critério a saturação em termos das respostas apresentadas pelas pessoas entrevistadas, quando há repetição de falas, indicando que não se encontrariam novas informações pela via das entrevistas. Foram realizadas um total de vinte e uma (21) entrevistas, sendo sete (07) profissionais que atuam como agentes públicos junto à prefeitura do município que compõe o estudo e quatorze (14) pessoas em situação de rua da mesma localidade.

Os encontros com as pessoas em situação de rua foram planejados e realizados em ambiente aberto, sendo dois (02) encontros realizados nas ruas, quatro (04) no albergue e oito (08) na casa de abrigo municipal, respeitando-se os cuidados sanitários (uso de máscara e álcool

em gel, que foram oferecidos pela pesquisadora às pessoas entrevistadas). Todos os encontros foram realizados com a colaboração do assistente social do município, o que facilitou a identificação dos sujeitos de pesquisa e a abordagem dos mesmos.

Nomes fictícios foram dados aos entrevistados neste trabalho para que possam ter suas identidades protegidas. Os nomes fictícios foram escolhidos após consulta à lista de prenomes mais comuns no Brasil do Censo do IBGE realizado em 2010 (IBGE, 2010), já que com as recorrentes crises de acumulação de capital, qualquer brasileiro não está salvo de enfrentar uma situação de extrema vulnerabilidade (QUADRO 1 e QUADRO 2).

Quadro 1 – Pessoas em situação de rua participantes da pesquisa

Nome Fictício	Sexo	Idade (anos)	Tempo em situação de rua	Local da Entrevista
José	masculino	44	1 ano	abrigo municipal
João	masculino	53	desde que era jovem	rua
Antônio	masculino	47	há mais de 10 anos	albergue
Maria	feminino	34	2 anos e meio	albergue
Francisco	masculino	23	3 meses	abrigo
Carlos	masculino	45	7 meses	abrigo
Paulo	masculino	45	23 anos	rua
Pedro	masculino	37	1 ano e 2 meses	abrigo
Lucas	masculino	36	21 anos	abrigo
Marcelo	masculino	30	há quase 2 anos	abrigo
Marcos	masculino	45	7 anos	abrigo
Gabriel	masculino	46	8 anos	abrigo
Rafael	masculino	40	2 anos	albergue
Daniel	masculino	32	4 anos	albergue

Fonte: Autor (2022).

Quadro 2 – Agentes públicos municipais participantes da pesquisa

Nome fictício do agente público municipal	Agente público municipal	sexo	Tempo de trabalho com pessoas em situação de rua
Bruno	assistente social do CREAS	masculino	3 anos e 3 meses
Francisca	diretora do albergue	feminino	20 anos
Adriana	assistente social do CAPS	feminino	2 anos
Márcia	assistente social do Núcleo de medidas socioeducativas do CREAS	feminino	11 anos
Raimundo	orientador social CREAS	Masculino	5 anos
Antônia	coordenadora do CREAS	feminino	12 anos
Rodrigo	Psicólogo CREAS	Masculino	3 meses

Fonte: Autor (2022).

A faixa etária das pessoas entrevistadas, tanto das pessoas em situação de rua quanto dos agentes públicos que trabalham com esta população, foi de 18 (dezoito) a 60 (sessenta anos). Como critério de inclusão, foi adotada a indicação de agente público ou pessoa em situação de rua por profissional atuante no município ou pessoa em situação de rua, já previamente de conhecimento pela equipe de pesquisa e a expressa concordância da pessoa, assinando o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) que foi lido e explicado aos participantes pela pesquisadora que conduziu as entrevistas, que por ser profissional da área da saúde, já havia recebido as duas doses da vacina contra COVID-19 à época da coleta de dados. Ressalta-se que as pessoas em situação de rua, enquanto grupo prioritário do calendário de vacinação, também já haviam sido convocadas para vacinação no município no momento da realização das entrevistas.

Por conseguinte, o critério de exclusão da pesquisa seria a indisponibilidade ou recusa em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido e quando houvesse saturação dos dados, ou seja, repetição de ideias já apresentadas por pessoas anteriormente entrevistadas.

Para registrar as informações coletadas, foi utilizada a gravação em áudio das entrevistas, após a permissão dos entrevistados. Todos os áudios foram transcritos e a análise dos dados obtidos foi realizada por meio de Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo objetiva compreender a visão social do mundo a partir dos atores sociais. Pela linguagem, é possível entender valores sociais subentendidos e inferir um segundo sentido ao texto analisado (oral ou escrito) (CAPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Seguindo a metodologia proposta para Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), foi realizada uma pré-análise do material a fim de identificar, a partir de uma leitura flutuante exaustiva das entrevistas coletadas, as principais unidades de registro (palavras, frases) diretamente relacionadas aos objetivos desta pesquisa. Por meio da análise de interdiscurso, (quando há menção, explícita ou implícita, a um discurso que circula socialmente, a exemplo do discurso neoliberal), as unidades de registro foram agrupadas de modo a permitir encontrar os indicadores que fundamentaram as categorias emergentes (não-priorísticas) de análise, sendo elas: medidas públicas municipais para proteção das pessoas em situação de rua durante a Pandemia COVID-19 no município do sul de Minas Gerais; pandemia COVID-19 para quem já estava e para quem chegou nas ruas; percepções das pessoas em situação de rua e dos agentes públicos sobre medidas públicas adotadas no município e crise da reprodução social e o processo de expropriação das pessoas em situação de rua.

Na fase de exploração do material coletado, foram categorizados os principais argumentos dos entrevistados para análise à luz da Teoria Crítica de Nancy Fraser. Além das

entrevistas, foram coletados dados municipais sobre o número de atendimentos às pessoas em situação de rua no período de novembro/2019 a outubro/2021 e identificadas as principais publicações no *site* do Diário Oficial do município referente a medidas adotadas para população em situação de rua no período de março/2020 a outubro/2021.

Na última etapa de análise, etapa de tratamento, a partir das categorias obtidas, foram realizadas deduções lógicas e interpretações pela pesquisadora, apoiadas na fundamentação metodológica, para compreensão das mensagens contidas no material analisado para, então, alcançar os objetivos desta pesquisa.

3.1 RISCOS E MEDIDAS MINIMIZADORAS

Durante a execução da pesquisa poderiam ocorrer riscos de desconforto dos entrevistados que foram minimizados com a garantia de sigilo em relação às suas respostas, as quais foram tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins e direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que foram abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.

A possibilidade de constrangimento foi minimizada com a garantia de acesso a ambiente que proporcionasse privacidade durante a coleta de dados (sem pessoas próximas e em ambiente arejados, visando cumprimento de medidas sanitárias de prevenção à transmissão da COVID-19), uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa.

Os riscos de quebra de sigilo ou de anonimato foram minimizados com a garantia de não identificação nominal no formulário nem no banco de dados. Visando controlar o risco de desconforto emocional relacionado à presença da pesquisadora, por meio de diálogo, se garantiu a cada pessoa entrevistada uma abordagem cautelosa, considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças e promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro.

Para execução da pesquisa, foi observado também o cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da própria Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Dessa forma, para a execução dos procedimentos de pesquisa presenciais, realizados no período de 14/10/2021 a 15/12/2021, foram adotadas medidas

sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa.

De maneira específica no presente protocolo, foram tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: as entrevistas foram realizadas em locais ventilados, com uso de máscaras e álcool gel pelos entrevistados, uso de máscara e álcool em gel pela pesquisadora e distanciamento físico de 1,5m entre a pesquisadora e cada pessoa entrevistada.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

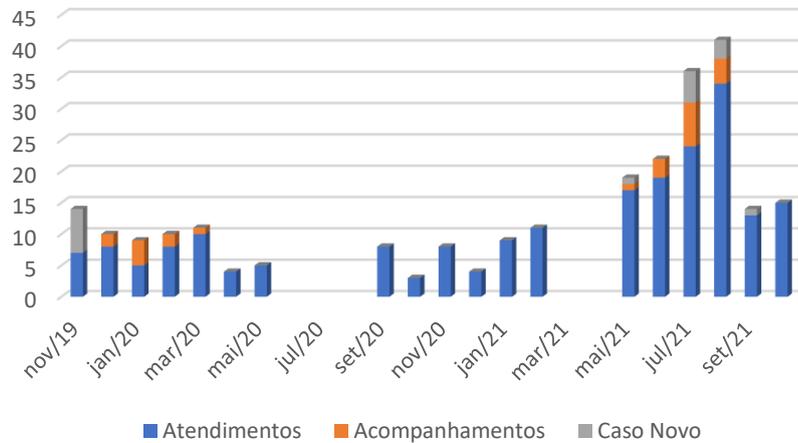
Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

4.1 MEDIDAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA PROTEÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS

O município em que esta pesquisa foi realizada está situado no Estado de Minas Gerais, especificamente na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas, sendo classificado como um município de médio porte, de acordo com sua população estimada (IBGE, 2021). A mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais é uma região que se destaca economicamente pelas atividades de cafeicultura, embalagens, fármacos, produtos alimentares, confecções e turismo (PRATES, 2010).

O Relatório de Atendimento realizados pelo município a pessoas em situação de rua, de 15 de dezembro de 2021, foi entregue à equipe de pesquisa pela pessoa responsável pela coordenação do Centro de Referência em Assistência Social (CREAS). Segundo os dados do relatório, comparando-se o número de atendimentos realizados no ano de 2019 (meses antes do início da Pandemia COVID-19) com os anos seguintes (2020 e 2021), é possível perceber o aumento expressivo do número de atendimentos a pessoas em situação de rua no município no período da Pandemia COVID-19, principalmente nos meses de maio (19 atendimentos), junho (21 atendimento), julho (36 atendimentos) e agosto (41 atendimentos) do ano de 2021. Ainda de acordo com informações de Antônia, nos meses de junho e julho/2020 e março e abril/2021, não foram registradas informações sobre o número de atendimentos, pois a pessoa que atua prestando assistência social junto ao CREAS estava em licença (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 – Número de atendimentos realizados às pessoas em situação de rua do município do sul de Minas Gerais no período de novembro/2019 a outubro/2021



Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados da pesquisa.

Em entrevistas realizadas com os agentes públicos municipais, foi possível traçar um desenho das principais medidas públicas para pessoas em situação de rua no município estudado durante a Pandemia COVID-19.

De acordo com a pessoa responsável pela coordenação do CREAS, a Secretaria de Assistência Social Municipal está organizada em centros de acordo com o nível de complexidade da proteção social necessário para cada situação². O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) fornece proteção social básica. Existe um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que garante proteção social especial de média complexidade para pessoas que sofreram algum tipo de violação de seus direitos.

O CREAS subdivide-se em núcleos, sendo estes: mulheres vítimas de violência, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes que cometeram algum tipo de infração (medidas socioeducativas) que cumprem medida por determinação judicial e trabalho infantil.

Durante a Pandemia COVID-19, a fim de promover proteção social de alta complexidade, o município se organizou mantendo as atividades do Albergue e abrindo uma

² Nota: No Brasil, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações da política de Assistência Social conforme a complexidade dos serviços, sendo a Atenção Social Básica o nível de baixa complexidade com garantia de acesso da população à proteção básica e Atenção Social Especial nível de média e alta complexidade, quando o serviço precisa atuar em situações em que algum direito do cidadão foi violado. (Manual do Sistema Único de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, p. 1-40, Brasília, 2009).

Casa de Acolhimento (a qual os entrevistados se referem como casa de abrigo) que são serviços com estrutura maior.

Na Secretaria Municipal de Assistência Social, são sete os agentes públicos que trabalham diretamente com as pessoas em situação de rua. No CREAS, duas pessoas estão responsáveis, uma formada em Serviço Social e outra em Psicologia. Outros agentes que também lidam com este grupo são: uma pessoa que atua como orientadora social, uma como coordenadora do CREAS, uma na direção do Albergue, outra que atua como assistente social do CAPS, uma responsável pela coordenação do núcleo de medidas socioeducativas.

O núcleo para pessoas em situação de rua municipal realiza o acolhimento das pessoas em situação de rua que se dirigem ao CREAS bem como também faz abordagem social, que se traduz em idas periódicas a campo (ruas) para identificar essas pessoas no município, oportunizando a elas o acolhimento de suas demandas.

De acordo com os agentes públicos entrevistados, antes da pandemia COVID-19, as pessoas em situação de rua contavam somente com o Albergue Municipal enquanto instituição específica de acolhimento para mulheres e homens que estavam de passagem no município, com fornecimento de abrigo para passarem a noite e café da manhã. Porém, a partir da Pandemia COVID-19 e do aumento da demanda, este serviço passou a contar com o apoio de assistente social e a disponibilizar para a população em situação de rua oportunidade de estadia por 24 horas com fornecimento de café da manhã, almoço, café da tarde e jantar, a fim de que as pessoas não ficassem nas ruas. Assim, não havia limite de tempo para permanência destas pessoas na instituição. Não houve ampliação das instalações no período de pandemia COVID-19 estudado, sendo sua capacidade máxima 22 pessoas acolhidas.

Conforme o relato de Bruno, agente público do município, durante a Pandemia COVID-19 houve um grande aumento da demanda deste grupo pelo serviço social prestado pelo município. Por isso, a Prefeitura Municipal organizou-se para contratar mais assistentes sociais e psicólogos para suprir essa demanda.

A situação de rua, posso dizer que é gritante o aumento. Aumentou o número de pessoas vivendo em situação de rua, no entanto que em um período deste ano, a gente conversando com a coordenação, fazendo reunião de equipe a gente decidiu que a abordagem social teria que ser intensificada. Então essa abordagem que a gente fazia duas a três vezes na semana, a gente passou a fazer todos os dias, devido à pandemia que aumentou demais essa população e também devido ao período de inverno que foi agravante também. A gente tava assim diariamente passando nestes pontos que a gente sabe que tem mais incidência para poder abordar (ASSISTENTE SOCIAL RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO CREAS).

No período de crise sanitária, além da necessidade de realizar abordagens diárias, os agentes públicos relataram que no CREAS, onde antes somente havia a possibilidade de se

tomar café da manhã, passou a ser fornecido, além do café da manhã, também o almoço e o café da tarde para pessoas em situação de rua. O aumento do número de refeições foi possível a partir de doações recebidas de voluntários que ficaram sabendo do trabalho realizado no CREAS.

O café já tinha, mas eram poucos que vinham, com a pandemia a procura aumentou. O almoço veio com a pandemia. Eu não tinha voluntários antes, hoje várias pessoas começaram a me procurar com doação de roupas, alimentos, achei isso muito importante. A sociedade está mais aberta, sensibilizou com a situação. Nossa, assim, foi impressionante, mudou muito, muito. Acho até que no CREAS mudou, sempre a gente divulgou nosso trabalho, mas não era reconhecido. Hoje o CREAS tem um peso maior (COORDENADORA DO CREAS).

Assim que surgiu a pandemia e começamos a fechar tudo, a gente tava com o secretário no setor de compras e licitações, nós aumentamos a quantidade de leite e o número de pães, aumentamos o que eles recebiam lá no albergue, aí eles puderam ficar lá, sem precisar de sair para pedir dinheiro na rua, porque ninguém tava na rua, ninguém queria contato uns com os outros, ninguém queria falar com ninguém, né? (RAIMUNDO).

No ano de 2021, somando-se à crise sanitária instalada e períodos de quedas bruscas de temperatura, o aumento da demanda de pessoas que precisavam de acolhimento foi expressivo e o município precisou se organizar para abertura de uma Casa de Acolhimento para pessoas em situação de rua ou que estão de passagem no município.

De acordo com os agentes públicos entrevistados, o motivo inicial para abertura da Casa de Acolhimento foi dar proteção a este grupo durante o inverno. Porém, passado o inverno, esta casa permaneceu aberta, recebendo cerca de 15 a 16 pessoas, normalmente homens. Em visita à casa, foi possível perceber que esta se organiza com diversos quartos compartilhados e há divisão das funções domésticas entre seus moradores para sua manutenção, com horários específicos estipulados para a saída e chegada dos abrigados. Neste local, as pessoas acolhidas conseguem realizar as principais refeições do dia.

Para a questão de tratamento de saúde mental, o CAPS é referência no município para pessoas em situação de rua diagnosticadas com necessidade de acompanhamento terapêutico e/ou internação para recuperação de uso abusivo de álcool ou drogas. De acordo com entrevista realizada com Adriana, no período de Pandemia COVID-19, não houve novas ações políticas para acolhimento das pessoas em situação de rua que frequentavam o CAPS.

Sobre a proteção contra a contaminação pela COVID-19, nenhum entrevistado relatou que o município tenha se organizado, em algum momento, para realizar busca ativa por casos positivos e, neste sentido, não foram realizados testes preventivos para diagnosticar a doença nem no Albergue nem na Casa de Acolhimento. Porém, à medida em que houve a confirmação

de pessoas com COVID-19 que estavam nestas instituições, o teste pra COVID-19 era um recurso utilizado para evitar a contaminação das demais pessoas abrigadas.

A gente atendeu pessoas em situação de rua com COVID. Teve que dar toda a assistência, teve que correr atrás de lugar para a pessoa ficar isolada. Mas testagem preventiva não. A gente acolhia quando a pessoa falava que tava passando mal, encaminhava para pronto socorro ou PSF (ANTÔNIA).

Nota-se, no caso estudado, que a menor circulação de pessoas no município impactou a vida das pessoas em situação de rua. A dificuldade de sobrevivência deste grupo só não se intensificou graças ao aumento do número de refeições com aportes realizados tanto pelo poder público (compras/licitações de pão e leite) quanto pelos voluntários (doações). Interessante compreender que os testes para detecção da COVID-19 só foram utilizados com este grupo quando foram identificados os primeiros casos de COVID-19 entre eles. Logo, quem de fato ficou em isolamento social maior no município (que não passou pelo lockdown) foram as pessoas em situação de rua, as quais se tentou manter mais afastadas em abrigos e albergues.

Sobre a vacina, o município seguiu a campanha de vacinação e realizou busca ativa de pessoas em situação de rua para que pudessem ser vacinadas (1ª e 2ª dose) quando foi permitida a vacinação deste grupo prioritário, seguindo o calendário instituído pelo Ministério da Saúde.

Foram realizadas buscas no Portal Transparência da Prefeitura Municipal sobre decretos de emergência, resoluções ou outros tipos de legislações no período de março/2020 a dezembro/2021 que oficializassem medidas tomadas para proteção de pessoas em situação de rua da COVID-19 e não foi localizada alguma legislação com medidas específicas para pessoas em situação de rua. Nesta busca, o que foi possível observar foi o aumento dos recursos financeiros destinados à manutenção do Albergue Municipal: no período de Pandemia COVID-19, em junho/2020, foram destinados R\$30.000,00 (trinta mil reais); em setembro/2020, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); em outubro/2020, R\$ 10.000,00 (dez mil reais); em novembro/2020, R\$ 113.804,00 e em novembro/2021 – R\$ 172.823,50 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos). É possível visualizar esse aumento, ao se comparar os recursos destinados à instituição no mês de novembro no período de 2017 a 2021, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Comparativo dos recursos financeiros municipais investidos no albergue nos meses de novembro dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020

Mês - novembro	Recurso financeiro municipal (R\$)
2017	26.772,00
2018	40.827,50
2019	95.898,00
2020	113.804,00
2021	172.823,50

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados da pesquisa.

Em suma, conforme os resultados acima descritos e entrevistas realizadas, ficou constatado que houve um aumento da procura por serviços sociais pelas pessoas em situação de rua no período de Pandemia COVID-19 e o município acresceu investimentos em infraestrutura (abertura de casa de acolhimento), na contratação de profissionais para a Secretaria Municipal de Assistência Social e em recursos financeiros para manutenção dos abrigos e fornecimento de refeições.

As medidas públicas adotadas pelo município para pessoas em situação de rua durante o período pandêmico estudado repetiram a tendência já observada pela equipe do IPEA em que as medidas principais para enfrentamento ao COVID-19 priorizaram a ordem econômica (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020). As principais medidas tomadas pelo município para pessoas em situação de rua foram essencialmente de assistência imediata. A inesperada e grave crise sanitária obrigou os agentes públicos locais a optarem por medidas que pudessem resolver o problema deste grupo em curto prazo com o fornecimento de abrigo e alimentação. As medidas do município foram semelhantes às adotadas em outros países em desenvolvimento, como Índia por exemplo, conforme relatado nos estudos de Banarjee e Bhahacharya (2020). Pouco foi feito para evitar a propagação do vírus entre as pessoas em situação de rua. O foco principal foi fornecer abrigo e comida para subsistência destas pessoas no período de crise.

O aumento de medidas públicas assistencialistas e de solidariedade, pelo voluntariado, promoveu maior acesso das pessoas em situação de rua à alimentação no período pandemia COVID-19. Assim, neste período, as ações públicas voltadas à proteção do coletivo se intensificaram e contrariaram o discurso neoliberal de valorização do esforço individual para melhoria das condições de vida. Infelizmente, foi necessário acontecer uma crise sanitária para que algumas dessas pessoas tivessem maior acesso a alimentação e abrigo em tempo integral.

No município estudado e outras regiões do país e do mundo que em situação de grave crise sanitária, o poder público conseguiu se organizar e alocar recursos financeiros e humanos

para realizar ações de alívio temporário para sobrevivência destas pessoas (BANARJEE; BHAHACHARYA, 2020; BENAVIDES; NUKPEZAH, 2020; HONORATO; OLIVEIRA, 2020; KIRBY, 2020; PARSELL; CLARKE; KUSKOFF, 2020). Porém, em tempos de normalidade, a tática adotada pelo Estado não é a mesma para prover condições de reprodução social à esta minoria. O cenário pandêmico ilustra como o Estado foi capaz de adaptar o modo de operacionalizar as políticas sociais de forma estratégica, realizando o mínimo de ações necessárias a fim de resolver, a curto prazo, os conflitos e de lutas entre classes, mas procura compartilhar esta responsabilidade com a sociedade, por meio do voluntariado e ações do Terceiro Setor, como já demonstraram Engels (1984) e Montañó (2012) em outros contextos de crise social.

O que se percebe é que o que parece estar em jogo nem seja tanto um “paradoxo” do discurso neoliberal, mas sim um escancaramento da importância da reprodução social como uma das bases para manutenção do capitalismo (seria preciso manter as pessoas vivas para possam ser exploradas como força de trabalho) e do cuidado em isolar essas pessoas, porque como Engels (1984) já apontava, elas podem ser focos de contaminação em pandemias.

O aumento do número de pessoas em situação de rua parece refletir o aumento de pessoas desempregadas e a diminuição da atividade econômica durante a pandemia, mas também indica que há uma massa de pessoas chegando para ficar ruas de forma permanente. E se isso se concretizar, medidas de cunho assistencialista continuarão a anestesiar o problema, sem perspectivas a longo prazo para melhoria das condições de vida destas pessoas.

O crescimento do número de pessoas em situação de rua em momentos de crise se justifica pelo conceito de expropriação de Fraser e Jaeggi (2020). Se a expropriação é um recurso constantemente utilizado na trajetória capitalista para criar sujeitos dependentes, é na expropriação que são retiradas das pessoas as condições de reprodução social, como a moradia. Na ausência de moradia, as pessoas ficam mais fragilizadas e vulneráveis a se submeterem às condições de trabalho precário e mal remunerado que o capitalismo proporciona. Desta forma, mesmo em crise, o capitalismo consegue manter a acumulação de capital.

4.2 PANDEMIA COVID-19 PARA QUEM JÁ ESTAVA E QUEM CHEGOU NAS RUAS

Os achados deste estudo demonstram que a Pandemia COVID-19 afetou de forma diferente as pessoas em situação de rua no município. Das 14 pessoas em situação de rua entrevistadas, 07 relataram que a pandemia atrapalhou suas vidas, impactando de maneira negativa e 07 relataram que a Pandemia COVID-19 em nada as afetou.

O período de pandemia COVID-19 é coincidente ao período em que 07 entrevistados passaram a integrar o grupo de pessoas em situação de rua. Recém-expropriados de suas condições de produção e reprodução social, passaram enfrentar diariamente o desafio de sobreviver sem emprego formal e rede de apoio familiar. É o que retratam Fraser e Jaeggi (2020), segundo as quais, em tempos de agravamento da crise de acumulação de capital, é necessário aumentar o número de pessoas expropriadas, o que permite certa estabilidade ao sistema.

Quem estava nas ruas há mais tempo ou que relatou fazer consumo de drogas e álcool relatou não se sentir impactado pela pandemia. Ao contrário, aqueles que tiveram que começar a viver em situação de rua nos últimos 2 anos perceberam a Pandemia COVID-19 como um fato marcante que mudou o rumo de suas vidas. Dentre os relatos, os que justificam este impacto negativo o fazem pela dificuldade de realização de tratamentos de saúde, perda do vínculo com a família, perda de bens materiais, de lazer, de moradia, de emprego, dificuldades de conseguir novo emprego e incapacidade para continuar a pagar aluguel. Já dentre os que relataram que não houve impacto negativo, destacam-se dois relatos (Maria e João) sobre uma melhoria na qualidade de vida, pois passaram a receber mais doações e cuidados da sociedade civil e tiveram mais acesso a recursos financeiros (QUADRO 3).

Quadro 3 – Percepção da Pandemia COVID-19 pelas pessoas em situação de rua

(continua)

Trechos de relatos das pessoas que consideram a Pandemia COVID-19 como fator de impacto em sua vida pessoal	Trechos de relatos das pessoas que consideram que a Pandemia COVID-19 em nada alterou sua vida pessoal
<p>“Atrapalhou, pelos tratamentos médicos que eu tenho que fazer, dificultou bastante, diminuiu o número de atendimentos, ficou mais difícil” José - 1 ano e meio em situação de rua</p>	<p>“A covid não atrapalhou minha vida. Em nada. (...) tem gente que paga café e lanche para mim, deixam eu dormir no hospital, leva comida para mim, gostam de mim” João - desde a adolescência em situação de rua.</p>
<p>“A pandemia arreventou com tudo, eu tinha minha casinha, tirou meu lazer, meu bem-estar, tirou várias amizades, porque eu perdi amigos também, tirou meu conforto (...), sempre ia ao shopping, festas, shows, eu ia, barzinho com os colegas eu ia, hoje já não posso fazer isso mais. (...) minha renda prejudicou totalmente. Não tenho problema com drogas, não tenho passagem na polícia, não tenho briga familiar, não tenho nada, meu problema foi econômico mesmo” Francisco – 3 meses em situação de rua</p>	<p>“Para os outros atrapalhou sim, para mim não mudou nada” Antônio – há mais de 10 anos em situação de rua.</p>

Quadro 3 – Percepção da Pandemia COVID-19 pelas pessoas em situação de rua

(continuação)

Trechos de relatos das pessoas que consideram a Pandemia COVID-19 como fator de impacto em sua vida pessoal	Trechos de relatos das pessoas que consideram que a Pandemia COVID-19 em nada alterou sua vida pessoal
<p>“Atrapalhou demais. Antes da pandemia, eu tava trabalhando e pagava aluguel e, depois que veio a pandemia, fui demitido e ficou mais difícil de arrumar um novo emprego. Aí acabei perdendo a família, filho, esposa e aí complicou mais ainda. Tive problema com minha ex-esposa. Para mim, viver ficou mais difícil” Pedro – 1 ano e 2 meses em situação de rua.</p>	<p>“Não mudou minha vida, sabe por quê? Você é quer bem a sinceridade? Foi muito melhor, foi, oh minha fia, todo mês tava recebendo 1.200 reais de graça do governo para fumar crack. O que você acha? (risos). É a verdade. Porque que eu ia mentir? Então melhorou minha vida” Maria - 2 anos e meio em situação de rua.</p>
<p>“Afetou bastante, afetou bastante. Porque quando a pandemia começou eu tava desempregado, eu tinha acabado de ser mandado embora do serviço, eu tinha pagado uns meses de aluguel adiantado, para mim ver se eu conseguia arrumar um emprego, aí entrou a pandemia. Aí atrapalhou grandemente, porque o que acontece, você não poderia ficar na rua, você não poderia trabalhar, trabalho ficou mais difícil, muita gente perdeu o emprego, então ficou muito mais difícil quando começou a pandemia” Marcelo - 2 anos em situação de rua.</p>	<p>“A pandemia não atrapalhou nada. Para mim, não mudou nada, ficou do mesmo jeito, porque eu entreguei nas mãos de Deus e falei vou seguir meu caminho do jeito que é porque vacinar eu não vacino” Paulo – há 23 anos em situação de rua.</p>
<p>“Atrapalhou bastante (...) A gente faz a higiene, passa álcool em gel, mas caba uma hora ou outra você põe a mão no lixo para catar uma latinha, você não tem uma higiene igual uma pessoa assim, mas graças a Deus, Deus ilumina a gente e não deixa acontecer nada” Marcos - 3 meses em situação de rua.</p>	<p>“A pandemia diretamente me atingindo assim, não me atingiu não, a pandemia nunca me atingiu em nada, inclusive eu tenho que tomar a segunda, eu tomei só uma vacina até hoje” Lucas – há 20 anos em situação de rua.</p>
<p>“Mudou muita coisa, né? Para todo mundo. Mudou meu psicológico, do rico, do pobre, do favelado, mudou a mente total, porque perder ente querido por causa desta pandemia, é super ruim, é chato né? A gente se dói pelo próximo. Mas graças a Deus com essa vacina aí, deu uma amenizada. Eu vacinei. Fiz teste 4 vezes, deu negativo. Não sei se é porque a gente que mora na rua tem uma imunidade mais alta. Já passou tanta coisa, comer coisa do lixo, comer coisa estragada, vixe. A gente passa por cada situação, acho que a imunidade nossa é alta, e a gente não tem medo. Pode ver, a maioria das pessoas que se foram por causa da pandemia, são pessoas mais trancadas, em apartamentos, em casa” Gabriel – há 8 anos em situação de rua.</p>	<p>“Não mudou nada, mesma coisa. As pessoas falam que quem se alcooliza não conseguem pegar essa doença, eu não acredito, mas na verdade, eu consigo ver que muitas pessoas que se alcoolizam, eu não vejo ter um caso desta doença. Não perdi ninguém que faleceu.” Carlos – 7 meses em situação de rua.</p>

Quadro 3 – Percepção da Pandemia COVID-19 pelas pessoas em situação de rua
(conclusão)

Trechos de relatos das pessoas que consideram a Pandemia COVID-19 como fator de impacto em sua vida pessoal	Trechos de relatos das pessoas que consideram que a Pandemia COVID-19 em nada alterou sua vida pessoal
<p>“Mais difícil, mais difícil, ficou mais difícil, porque aí é onde que o povo não dava ajuda. Principalmente em Belo Horizonte, ali foi mais difícil ainda. Lá fechou tudo, não tinha ninguém na rua, não tinha nada nada, lá para você pedir um centavo, dá o que que fazer para conseguir. Comida tem demais, lá comida você não fica sem não. Você acaba de pegar uma doação já tá chegando outra. Deste jeito. Assistente social ajeita um papel, você pode comer no popular também. Pode pegar no popular, já sai do popular, você nem acabou de comer a marmitta, recebe outra doação. (ri). Só que tudo não é comida, às vezes precisa de um cobertor ninguém ajuda também. Difícil” Daniel – há 4 anos em situação de rua.</p>	<p>“De mim não tirou nada, de mim tá assim normal. Mas aumentou o tanto de gente que tá nas ruas, vem gente de outras cidades, eles quase não ficam aqui, tem muita gente dormindo na rua. Tem época que chega aqui o albergue lota, aí não tem jeito né? Por isso, eles abriram a casa de passagem, mas são poucos que sabem de lá.” Rafael – há 2 anos em situação de rua.</p>

Fonte: Autor (2022).

As pessoas recém-chegadas às ruas perceberam a situação da crise sanitária como um “divisor de águas” em suas vidas e o fazem por terem sido diretamente impactadas pela Pandemia COVID-19. Essas pessoas já estavam em uma situação aguçada de superexploração, em que seus recursos financeiros não cobriam suas necessidades como aluguel, alimentação, vestuário ou lazer. A Pandemia contribuiu acelerando a ruptura da situação de superexploração, avançando para o patamar da expropriação.

A expropriação, conforme demonstram Fraser e Jaeggi (2020), continua a ser instrumento de manutenção de acumulação o capitalismo, pois ameniza os custos de produção. Há um avanço da expropriação (enquanto processo confiscatório), que significa uma ruptura das fronteiras entre produção de mercadoria e reprodução social. Avanço no sentido de expropriar não só os meios de produção, mas também de reprodução. Assim, as pessoas em situação de rua perderam condições de reprodução e de trabalho, além do choque de realidade, de terem de se adaptar a um novo contexto de vida. Com isto, estas pessoas tornaram-se mais vulneráveis e mais sujeitas a aceitarem as piores condições de trabalho para sobreviverem.

No município estudado, a grande maioria das pessoas em situação de rua são homens (fato que se refletiu nas entrevistas). A prevalência de homens na população em situação de rua, como descrito em Silva *et al.* (2020) denota as relações de gêneros inerentes ao processo de reprodução social. Diante do desemprego e da impossibilidade de cumprirem com o papel

estereotipado de que homens devem ser os principais (quando não os únicos) provedores das necessidades de reprodução social das famílias, estes se tornam mais sujeitos à ruptura com vínculos familiares, característica que distingue a população em situação de rua de outras parcelas vulnerabilizadas das classes trabalhadoras, como os desempregados e trabalhadores informais.

As análises apontam também que o maior tempo de permanência nas ruas é um fator que contribui com a aparente resignação das pessoas em situação de rua à situação de expropriação em que se encontram. Outro fator que colabora com a aparente resignação destas pessoas em viver em extrema pobreza parece ser o consumo abusivo de álcool e drogas por parte deste grupo, como meio de anestesiar a situação de desamparo e sofrimento.

Ressalta-se a fala de Marcelo para demonstrar como a questão da moradia é um ponto crítico da reprodução social. Para Marcelo, a pandemia trouxe muitos obstáculos para conseguir novo trabalho e por isso, não havia mais condições de continuar a pagar aluguel. O que mostra que para se ter uma casa no capitalismo, é preciso ter condições para se pagar por ela. Assim, a expropriação, quando atua na questão da moradia, toca em um ponto crucial da reprodução social que foi intensificado pela Pandemia: não há como se isolar para se proteger do vírus nem onde repor as forças físicas e mentais para nova jornada de trabalho, e mesmo nestas condições, é preciso continuar a trabalhar para sobrevivência.

Daniel destaca que foi fácil ter acesso a alimentação durante a pandemia COVID-19, mas que encontrou dificuldades em ter acesso a outros bens materiais, igualmente importantes, para sobreviver, como abrigo ou cobertores. Até mesmo as empresas trabalham com o fornecimento de vales-alimentação como principal benefício para seus trabalhadores, mas são raras as que promovem algum outro tipo de benefício, como vale aluguel. A não priorização da moradia enquanto benefício social vai de encontro ao que discorrem Monzelli, Cagnin e Navarro (2022): a questão da moradia continua a ser tratada com políticas sociais que trazem soluções hegemônicas-burguesas. Para os autores, a moradia não é mais vista como direito social, mas sim como uma mercadoria ou ativo financeiro, ou seja, um meio para se multiplicar a riqueza. As políticas sociais, a partir da problematização da moradia, invertem a lógica do problema social e proporcionam oportunidade de ganhos de capital com políticas de acesso a programas habitacionais no país, baseadas na financeirização, exigindo que os participantes se enquadrem em perfis socioeconômico previamente traçados. Nestes casos, as pessoas em situação de rua não se encaixam nestes perfis, por não cumprirem requisitos como renda mínima ou endereço residencial para conseguirem financiar sua moradia (MONZELLI; CAGNIN; NAVARRO, 2022).

Outro destaque seria o discurso religioso que aparece na fala de Marcos e Paulo. Eles encontram na fé uma forma de resistir à pobreza: estão abandonados no mundo material, o que resta a eles é encontrar conforto e auxílio no mundo imaterial. Já Maria encontra apoio no vício das drogas que, como a religião, é uma forma de escapar da dor da miséria (MARX, 2010).

As pessoas que estão há mais tempo nas ruas entenderam que havia mudanças no ambiente e na sociedade devido à Pandemia COVID-19. Elas relataram perceber que havia mais pessoas em situação de rua, que mais gente sofrendo e enfrentando dificuldades, que pessoas perderam familiares e amigos para a COVID-19, mas fazem estes relatos como se estivessem de fora do cenário, sem sinal de pertença, apenas como observadoras, sendo que algumas disseram sentir-se imunes ao vírus da COVID-19, atribuindo essa imunidade à experiência de viver nas ruas e de que consumir como alimentação o lixo do outro as tornaram “mais fortes”, mais imunes à doença.

O que transparece é que as pessoas em situação de rua têm consciência de que para sobreviver nas condições impostas pelo capitalismo, que avança sob as condições de reprodução social, é preciso se degradar muito, a fim de perder condições dignas de vida. Quem está há muito tempo na rua e se alimenta de lixo se percebe como mais apta a sobreviver às mudanças econômicas e à pandemia, já que em suas visões, comendo lixo criariam, supostamente, anticorpos contra o vírus. Expropriadas de redes de apoio como a família e de condições dignas de reprodução social, criam para si mesmas novas formas de apoio para resistirem, dia após dia, sobrevivendo e trabalhando em condições precárias e em extrema pobreza.

4.3 PERCEPÇÕES DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DOS AGENTES PÚBLICOS SOBRE MEDIDAS PÚBLICAS ADOTADAS NO MUNICÍPIO

Todas as pessoas em situação de rua entrevistadas relataram que as medidas públicas adotadas pelo município durante a pandemia foram essenciais para a manutenção de suas vidas. Porém, ao serem questionadas sobre o que esperam da gestão municipal, 12 pessoas disseram que medidas como provimento de alimentação e abrigo não são suficientes. Estas pessoas relataram um anseio por ações públicas mais efetivas a longo prazo. Disseram contar com a gestão municipal enquanto principal apoio para que possam novamente ser inseridas no mercado de trabalho formal e sugeriram como ação pública, que o município realizasse parcerias com empresas para criação de oportunidades de empregos para os que estão em situação de rua.

Para as pessoas em situação de rua entrevistadas, ter um trabalho é a via certa para que possam sentir-se respeitadas pela sociedade. Apesar de considerarem necessária e importante a moradia, as pessoas entrevistadas, em sua maioria, declararam que ter um emprego é mais importante do que ter uma moradia, porque o trabalho daria resposta mais incisiva a vários aspectos de suas vidas: recuperação da própria dignidade perante seus familiares e sociedade, a manutenção da moradia, a ocupação do tempo ocioso e seria um meio mais eficaz para afastá-las do uso abusivo de álcool e drogas.

Trabalho é uma coisa importante. Casa é bom, mas vamos supor, você tem auxílio aluguel, o que acontece, você consegue, mas só paga 6 meses, e nesses 6 meses você entrega currículo, procura, procura, não acha, passa 6 meses acaba o auxílio aluguel, é onde você volta a morar na rua. É onde você volta a passar necessidade de novo, novamente (MARCELO – há 2 anos nas ruas).

Dar um acolhimento, é bom. Dar um café, uma alimentação, uma janta, um lugar para dormir, é ótimo. Mas não pode ficar nesta rotina. Tem que colocar no mercado de trabalho também. (...) Graças a Deus, que Deus abençoe este lugar aqui, que tá ajudando nós, mas a gente precisa de um apoio para gente trabalhar na sociedade também, para sociedade ver nós com outros olhos. Para enfrentar a sociedade lá fora é trabalhando, sempre foi, né? (GABRIEL – há 8 anos nas ruas).

Ah, é ruim né? Desempregado, quase não arrumo emprego, quando arrumo é muito servicinho. Ficar sem dinheiro para comprar as coisas para mim. Ter trabalho significa muito, uma alegria né, trabalhar, ganhar um dinheirinho. Mandar para meus filhos, porque eu não tô mandando porque eu não tô tendo nem para mim, eles sabem disso. Ai arrumar um serviço, ocupar a mente, serviço ocupa a mente. Quando eu tô assim, fora do serviço eu começo a beber cachaça, a usar droga, aí descontrola tudo (RAFAEL – há 2 anos em situação de rua).

Durante a realização das entrevistas, principalmente para as pessoas que estava na Casa de Acolhimento, era comum o relato de que não escolheram estar em situação de rua, que são recém-chegadas às ruas e ainda trazem consigo a esperança de que a situação em que se encontram seja temporária. Essas pessoas relataram sentirem-se capacitadas ao trabalho, que se enxergam como trabalhadoras, que esperavam apoio do aparelho estatal e refutam a ideia de serem rotuladas como “vagabundas”.

O povo não dá oportunidade de arrumar emprego, porque para eles todo mundo é vagabundo. Quem tá na rua, todo mundo é vagabundo, tem o mesmo valor. E não é do jeito que eles pensa. Eles pega e não dá oportunidade para gente trabalhar, aí a gente continua a mesma coisa (DANIEL - há 4 anos nas ruas).

Albergue você tem que tá participando para você entender, porque só ouvir falar não dá. Para a sociedade, a maior parte dela, o que eles acham, que aqui dentro só tem bandido. Só bandido, os vizinhos aqui mudaram, por causa de ficar o dia inteiro, é um entra e sai né? Porque de primeiro era só de noite. Mudaram por ela não quer saber, quem gosta dela é ela, ela falou: vou mudar daqui para não ficar no meio de bandido. Falei, uai...o outro também aqui da esquina mudou, também por causa disso. Muito preconceito. Não tem como mudar preconceito. Aqui por exemplo, no Albergue, sai briga aqui. Mas igual eu conversei com a moça, 20 e tantas pessoas aqui dentro sem fazer nada, o máximo que eles vão fazer é brigar ué? Né? Sai briga mesmo, sai discussão. Uma ocupação para eles seria interessante. Não, eu falei, precisa ter alguma atividade, não pode ficar deste jeito. Eles falam que vai no CAPS, mas não vai não. Que vai mais que eu sei que tão aqui são umas duas pessoas só. Que vão no CAPS. Tá faltando ocupação para eles, não pode ficar assim, eu acho que tem que ter mesmo, sabe? Não sei qual ocupação, não pode ficar deste jeito não, dia inteirinho atoa,

dormindo, quem não quer? Todos querem! Por isso que lotta aqui. Eu já conversei na assistência social, tem que alguma atividade para este povo (FRANCISCA – Diretora do Albergue).

Os relatos ilustram como a “pedagogia do trabalho” está na subjetividade das pessoas entrevistadas. A fala de Daniel demonstra que ele percebe que, por não trabalhar, a sociedade o vê como alguém sem valor. O trabalho também foi visto como essencial para saída das ruas pelos agentes públicos, como aponta Francisca. O trabalho aparece como meio salvífico, moeda de troca para se sobreviver, para se ter acesso a bens e serviços que garantam a vida, a dignidade e a reprodução social das classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, pela propagação da “pedagogia do trabalho”, nos termos de Octavio Ianni, esconde-se que essas pessoas não têm uma vida digna porque sofreram expropriação, que é inerente ao capitalismo (IANNI, 1989). O capitalismo é a lógica do acúmulo por poucos e não da vida abundante para muitos.

A reprodução social também se adapta à ideologia neoliberal, tornando-se benéfica ao capitalismo. Ao trabalhar para o patrão, o trabalhador produz um bem para enriquecer o capitalista e também se reproduz como trabalhador, repetindo para si mesmo e para os seus o discurso da pedagogia do trabalho e se firmando enquanto classe trabalhadora (ARRUZZA, 2018).

Adriana e Márcia, que fazem parte do grupo de agentes públicos entrevistados, percebem que políticas municipais voltadas para pessoas em situação de rua ainda são centradas no assistencialismo.

Eu vejo que hoje é uma população um pouco esquecida pelos órgãos municipais, que se pensa em só dar um assistencialismo ainda, por mais que nós profissionais lutemos contra isso, mas o município vai dar comida, dar abrigo e se vira, né? E aí, tem muito este pensamento assim, não pode ficar na rua, não fique na rua poluindo visualmente, então...enfeitando a cidade, tá na rua tem que ir para o albergue ou senão tem que internar, a assistência tem que fazer alguma coisa, né? Então, alguns estão com esse sistema de vender balinhas no sinal, vender alguma coisa assim, acho que já é alguma forma de ir além do pedir, tão fazendo algum trabalho, eu até compro às vezes deles quando eles estão vendendo. Mas eu acho que o que falta é uma política pública neste sentido, igual essa questão de economia solidária, a questão de promover cursos de capacitação, atividades de trabalho e renda (ADRIANA).

O que eles mais querem é a gente devolver eles para a sociedade. A gente queria este trabalho de ter essa confiança novamente, porque muitos, eu falo para você, são usuários. Precisava de tá inserindo eles na sociedade, para eles trabalharem. A sociedade não está preparada para receber eles. Passou, foi um passado, mas alguns querem a melhora. Mas é muito complexo, quem que é essa pessoa? Onde trabalhou? Tava na clínica de recuperação? Isso é complicado, então trabalhar com a sociedade, a pessoa tem direito de ter uma nova vida, começar uma nova família, inserir essa pessoa na sociedade, começar um novo trabalho, tem todo o direito, muitas vezes isso não acontece, não por vontade dele, mas ele não tem uma nova chance (MÁRCIA).

Tanto os relatos das pessoas em situação de rua quanto das agentes públicas mostram que a ideia de que trabalho é indispensável para trazer riqueza, prosperidade, dignidade à pessoa humana e é a única forma de se criar valor. As pessoas em situação de rua entrevistadas não

percebem outra saída da pobreza que não seja o trabalho. Não solicitam melhores políticas sociais, não fazem menção à melhor atendimento na saúde, não responsabilizam o Estado ou a sociedade pelas condições em que se encontram. Mesmo fazendo parte do grupo em extrema da pobreza, justamente pelas estruturas de desigualdade sociais promovidas pelo capitalismo, não percebem a falta de trabalho como parte da ordem social institucionalizada, indicando o sucesso da inculcação da ideologia neoliberal tanto entre pessoas em situação de rua quanto entre agentes públicos entrevistados.

Ianni (1989) define que o trabalho está no centro da questão social, mas não há interesses da sociedade capitalista em revelar os acordos que conduzem à desigualdade. De fato, aparentemente o trabalho seria essencial para a subsistência das pessoas em situação de rua, dando-lhes autonomia e independência, mas ao mesmo tempo a força de trabalho humana é a base de exploração do mercado.

As pessoas entrevistadas não mencionam nem em que condições desejariam trabalhar. Relataram que aceitariam qualquer oferta de trabalho, mesmo que precário, o que reflete o grau de expropriação e superexploração a que estão submetidas. O trabalho se torna mais importante um novo projeto societal anticapitalista ou mesmo uma visão reformista voltada à oferta de políticas públicas sociais, seja na saúde, educação ou moradia. Frente ao capitalismo, as pessoas precisam viver para trabalhar, para serem exploradas e expropriadas, cenário este que se agrava nos países de capitalismo dependente como o Brasil em que há uma despolitização da questão social, desresponsabilização do Estado e baixos investimentos em políticas sociais, o que acaba por agudizar as desigualdades. É o que defendem Diehl e Porto (2020): o discurso de que “tem que trabalhar” justifica o mínimo de financiamento destinados à questão social e é estrutural ao capitalismo. Essas pessoas não responsabilizam o Estado ou a sociedade capitalista por estarem na situação em que se encontram, mas esperam, passivamente, por apoio.

Estes achados confirmam o que já está no imaginário social: a centralidade do trabalho perante os problemas da vida e o Estado, enquanto resultado de consciência coletiva, de acordos coletivos, organizando as regras do jogo capitalista, replicando na sociedade valores e normas de interesse das classes dominantes e, assim, promovendo a desarticulação entre as políticas de desenvolvimento e as políticas sociais, como colocam Vasconcelos, Silva e Shmaller (2013), Gregório (2019) e Coutinho (2020).

Por fim, os relatos mostram como as pessoas em situação de rua entrevistadas não percebem outra saída da pobreza que não seja o trabalho e mesmo fazendo parte do grupo em extrema pobreza, justamente pelas estruturas de desigualdades sociais promovidas pelo

capitalismo, demonstrando o poder ideológico da “Pedagogia do Trabalho” introjetado na ordem social institucionalizada.

4.4 A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

As pessoas em situação de rua entrevistadas foram questionadas sobre o motivo de estarem nas ruas, qual o significado da moradia para elas e qual a maior dificuldade que enfrentavam no seu dia a dia. Sobre o motivo de estarem nas ruas, dentre as principais razões, estavam a separação da esposa, o desemprego e o alcoolismo. Algumas colocavam em ordem os fatos: primeiro o desemprego, tendo como consequência o alcoolismo e por fim, a separação da esposa.

Porque a família muda, às vezes você perde família, o que mais tá vindo ser destruído é família, por causa do quê? É situação financeira. O pai chega no momento que começa a desandar, é envolvimento com droga, com bebida, mas a crise que tá ocorrendo que vem a debater com tudo aquilo. Não todos, tem uns que já procuram aqueles caminhos. Mas a maioria procura bebida para aliviar, mas piora ainda mais, aí vira uma bola de neve. Incontrolável, que você não controla nem a situação nem sua vida com a droga e a bebida. Então complica muito (PEDRO – há 1 ano e 2 meses nas ruas).

Foi por causa da separação minha com a minha esposa. Eu arrumava trabalho, mas não tava mais conseguindo administrar meu dinheiro. Por eu estar separado, eu recebia o salário, eu queria me alcoolizar para esquecer o problema, e o problema estava sempre agravando, até um certo dia que eu comprei um coito para mim tomar, eu comecei a chorar de depressão. Falei, esse não é o Carlos. O que o Carlos tá fazendo da vida dele? Ele já passou, já foi um cara muito respeitado na cidade, é respeitado, mas no momento as pessoas tá enxergando ele de outra maneira e com o tempo, eu fui conversando, conversei com o CREAS lá, fui no CAPS, passei no psicólogo, receitou uma medicação para mim, que a médica tinha me receitado só para me acalmar, tô tomando as medicações corretamente, não tô tendo abstinência, desta vez eu tô querendo mudança na minha vida mesmo, quero mudança, eu quero ser respeitado novamente na sociedade, a sociedade não tá me enxergando mais como aquele Carlos (CARLOS - 7 meses na rua).

De acordo com os relatos, a ruptura de relacionamentos conjugais pode ter em comum a dificuldade que os homens (provedores natos desta sociedade) encontraram, diante da ausência de trabalho, em manter boas condições econômicas para a família. A separação da esposa significa romper com os laços familiares que ajudam a garantir a reprodução social. Normalmente, é a mulher quem cuida da casa, controla o orçamento doméstico e prepara as principais refeições, realizando, assim, trabalhos não remunerados que contribuem à reprodução social capitalista. A ruptura deste vínculo significa a perda da rede de apoio, base para o trabalhador, não paga pelo capitalismo. Como os homens são relegados, via divisão sexual do trabalho, ao trabalho dito “produtivo”, perder o emprego a eles é mais crítico para a ruptura com vínculos famílias, já que, socialmente, o trabalho reprodutivo é visto como

supostamente feminino. Este achado de pesquisa pode contribuir para a compreensão dos dados da maioria masculina dentre a população em situação de rua no Brasil.

Por outro lado, o refúgio nas drogas como forma de aliviar a opressão da vida (sejam elas lícitas como medicamentos para saúde mental e bebidas ou ilícitas), pode ser a forma que a pessoa explorada encontra para não ter que enfrentar sua dura realidade. Porém, reproduz, mais uma vez, o discurso neoliberal da sociedade em que a culpa do fracasso ou de estar nas ruas é do indivíduo e não das estruturas capitalistas e suas dinâmicas de exploração e expropriação.

Sobre o que significa moradia para as pessoas em situação de rua entrevistadas, estas atribuíram à moradia o significado de lar, de ter uma família. A moradia foi considerada por Pedro um lugar de refúgio em que poderia se encontrar com as filhas que não moram mais com ele. André considerou a moradia como um ponto seguro em que poderia descansar, dormir, tomar um banho e trocar de roupa. Para Sérgio, moradia é melhoria de vida. Para Luiz Fernando, moradia é ter dignidade, ser respeitado como uma pessoa honesta e trabalhadora. Paulo, que vive a 23 anos nas ruas, relatou não desejar uma casinha, mas apenas uma morada, ter uma barracão já serviria a ele ser protegido da covardia dos outros que poderia sofrer estando das ruas.

Antônio mostra outro aspecto funcional da moradia: ela tornaria possível seu trabalho com material reciclável. Ele gostaria de crescer no seu trabalho com reciclagem, que ele chama de “bico”, mas morando em albergue, relatou não ter como guardar o material, o que inviabiliza seu trabalho de coleta. Feito o período pré-capitalista, em que a casa era também de trabalho (e atualmente, o *home-office*, que ganhou força com a Pandemia COVID-19), Antônio sofre, neste sentido, uma dupla expropriação: do seu meio de vida, local de produção (lugar para coletar material reciclável) e local de reprodução social, onde “reabastecer” suas energias para o trabalho produtivo.

Essas imagens do lar como “refúgio”, “porto seguro”, lugar para “ser protegido” remetem à reprodução social: a casa é uma extensão da fábrica, das empresas. Serve para cuidar do corpo e da mente para poder ser explorado no dia seguinte pelo patrão. Como coloca Federici (2019), a família é usada pelo capitalismo para garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho. É no lar que o trabalhador consegue manter sua alma cheia de vida, em seu “mundo particular”. É neste sentido que o capitalismo avança em sua crise de acumulação de capital, aumentando a expropriação e rompendo com a moradia enquanto local de segurança para os trabalhadores.

A média de idade das pessoas em situação de rua entrevistadas é de 39,8 anos. Das 14

peças entrevistadas, 09 tinham filhos e destes, apenas 01 tinha netos. Quando perguntadas sobre a maior dificuldade que encontravam, nenhuma citou que a ausência de moradia enquanto lugar de habitação/proteção seria a maior dificuldade. O que foi mais citado por essas pessoas como principal dificuldade foi a saudades do lar, perder o contato com a família e principalmente com os filhos. Citaram também que era difícil conviver com a depressão e angústia, que piorava quando estavam sem medicamentos, de ter que manguar (pedir esmolas) e ainda, ser respeitado pelos outros.

Atrapalhou demais. Antes da pandemia eu tava trabalhando e pagava aluguel e depois que veio a pandemia, fui demitido e ficou mais difícil de arrumar um novo emprego. Aí acabei perdendo a família, filho, esposa e aí complicou mais ainda. Tive problema com minha ex-esposa (PEDRO - há 1 ano e 2 meses nas ruas).

Eu vou começar pelo comezinho, minha ex esposa me pôs eu na cadeia por mentira, eu imagino que ela arrumou outra pessoa e não teve coragem de me falar e a maneira melhor que ela arranhou de se livrar de mim foi por eu na cadeia e pedir uma medida protetiva, aí a medida protetiva que trouxe eu para rua, eu não pude voltar para casa mais, ela tem uma medida protetiva, eu não posso aproximar da minha casa mais. Tenho uma menina com 09 anos, não posso aproximar da casa, delas (JOSÉ – há 1 ano e meio nas ruas).

(pausa longa) Minha maior dificuldade é a saudade da família, porque eu não posso aproximar deles ne? O que está sendo mais difícil para mim é isto (JOSÉ - há 1 ano e meio nas ruas).

Acho que tá puxado muito com a saúde. Depressão, angústia vem. Saudade da família, o que mais dói é a saudade. A gente fica matutando na cabeça sobre a pessoa, como será que tá (GABRIEL – há 8 anos nas ruas).

A coisa mais difícil é ficar longe dos meus filhos (RAFAEL - há 2 anos nas ruas).

Quanto à rede de apoio social, apenas 03 pessoas em situação de rua entrevistadas declararam que poderiam recorrer aos pais e familiares em uma situação de necessidade maior, sendo mais comum nas entrevistas a declaração que não queriam ou não tinham com quem contar. Carlos referia-se à ex-esposa como guerreira por estar em dois empregos para conseguir sustentar a casa e as duas filhas. Relatou sentir culpa por não estar conseguindo ajudá-la financeiramente. Pedro precisa pagar duas pensões, mas não consegue pagar nenhuma desde que ficou desempregado em razão da pandemia. Gabriel ainda tem contato com a filha, e ocasionalmente, envia algum montante em dinheiro à filha.

Sobre a perda do vínculo com a família, esta é uma situação percebida por Raimundo, orientador social no município, que relata que esta última ruptura é crucial para que essas pessoas não consigam mais voltar se identificarem enquanto membros da sociedade.

Depois que ele perde esse vínculo, muitas vezes não consegue voltar mais, perde o vínculo, perde a identidade, perde o costume. Muitos deles, se a gente pergunta o nome, ele fala o apelido. Ele não se identifica mais como um indivíduo da sociedade. Eles falam “Ah, põe aí, não sei quem, o mendigo, põe aí, não sei, o hippie”. Não se identificam mais pelo nome (RAIMUNDO).

Os resultados dos relatos retratam a crise de reprodução social no município estudado. A pandemia colaborou para o agravamento da crise. Somada a ausência de estabilidade

financeira, desemprego, muitos vínculos familiares se desestabilizaram e outros tantos sofreram ruptura.

A crise de reprodução social levou a um acirramento da expropriação, com aumento do número de pessoas sem moradia, sem poder contar com o capital para produzir e se reproduzirem. Nesta pesquisa, 92% dos entrevistados em situação de rua eram homens. De acordo com os agentes públicos, a maioria dos casos de pessoas em situação de rua que encontram no município também são de homens. Neste cenário, observa-se o aumento da expropriação e crise de reprodução social, em que mais mulheres estão se tornando as principais provedoras dos domicílios pelo trabalho informal. É preciso também lançar um olhar sobre o crescimento do número de mulheres, que do outro lado, no cenário de superexploração, ficaram em casa, com a sobrecarga de trabalho, tornando-se provedoras da família na informalidade e sem proteção trabalhista, como discorre Hirata (2001) e Goulart (2012).

Neste avanço do capitalismo nos elementos de “plano de fundo”, conforme descrevem Fraser e Jaeggi (2020), há também uma quebra de paradigmas. Desempregado e muitas vezes fazendo uso abusivo de álcool e drogas como fuga da realidade, o estereótipo de gênero de “homem provedor” não se sustenta mais. O próprio homem, preso a este estereótipo, prefere sair de casa a ter que lidar com a vergonha de não conseguir mais prover a família, conforme ilustrado por Daniel:

Uma casa é ter uma família, eu já tive uma esposa, tenho um filho de 13 anos. Não tem nem como eu vê ele, se ele me vê nesta situação, não tem nem jeito. Prefiro nem ver ele, porque aí ele me vê nessa situação, meu pai tá na rua, não tem nem como eu fazer nada (DANIEL - 4 anos nas ruas).

Federici (2019) aponta que a reprodução social é ponto de apoio para construção de subjetividades. O capitalismo usa da família para construir os perfis da força de trabalho, ordenando e distinguindo funções para homens e mulheres por meio das relações de gênero e patriarcado. Além disto, o trabalho reprodutivo (trabalho não pago) é apropriado como valor pela sociedade capitalista, quando o Estado não atua, quem apoia a manutenção da força de trabalho é o trabalho reprodutivo (FRASER; JAEGGI, 2020).

Porém, estes resultados demonstram que com o acirramento da crise de acumulação capitalista, ainda mais pessoas, que não imaginavam viver uma situação de extrema pobreza, podem estar chegando às ruas pela ruptura de laços familiares. A reprodução social, um dos planos de fundo estruturais do capitalismo, não têm suportado o aumento da exploração e expropriação, com aumento do número de famílias em crise. Pode haver um agravamento deste cenário, já que para haver acumulação de capital, em tempos de crise, é necessário aumentar o número de pessoas exploradas e expropriadas.

Portanto, a sociedade capitalista estaria “abrindo mão” da família enquanto lugar de construção de força de trabalho em prol da possibilidade de dar continuidade à acumulação de capital. Fato é que a reprodução social e os estudos das masculinidades são categorias de análise fundamentais para quem estuda pessoas em situação de rua, pois demonstra os elos existentes entre a crise familiar e de moradia e as ideologias hegemônicas propagadas pelo capitalismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou que as principais medidas adotadas pela gestão do município estudado no período de Pandemia COVID-19 foram tomadas com objetivo de garantir a sobrevivência das pessoas em situação de rua, com fornecimento de abrigo (Casa de Acolhimento e Albergue) e alimentação e de reduzir a circulação do vírus, limitando também circulação destas pessoas no município, quando estavam abrigadas, mas não teve como foco a proteção da saúde deste grupo contra a COVID-19.

Esta pesquisa quis dar voz às aflições e percepções das pessoas em situação de rua e de agentes públicos que trabalham com este grupo no período singular de Pandemia COVID-19. Neste sentido, estes declararam que as medidas públicas adotadas durante a pandemia foram benéficas porque proporcionaram alívio das dores, angústia e preocupações das pessoas em situação de rua, no momento de grave crise sanitária, com mais ações assistencialistas neste período do que em tempos “normais”.

A partir dos estudos da Teoria da Reprodução Social e da crítica à ideologia neoliberal presentes em estudos de Nancy Fraser, este trabalho revelou as múltiplas perspectivas das estudos das pessoas em situação de rua, trazendo maior complexidade à questão.

Foi evidenciado que as pessoas em situação de rua entrevistadas culpam a si mesmas por estarem nas ruas e esperam ações públicas mais efetivas, centralizadas em mais oportunidades de trabalho, como solução efetiva da condição de extrema pobreza em que se encontram. Também os agentes públicos elegem o trabalho como meio salvífico para retirar as pessoas das ruas, o que demonstra o poder da ideologia neoliberal em introjetar nas subjetividades das pessoas discursos ideológicos para naturalização da extrema pobreza e a dificuldade de manutenção das condições de reprodução social como parte das estruturas capitalistas e suas dinâmicas de exploração e expropriação.

Como limitações, aponta-se a amostragem escolhida por conveniência e a inviabilidade de ser realizar estudos etnográficos no cenário de alto número de casos de COVID-19. A maioria das pessoas em situação de rua entrevistadas estavam institucionalizadas no Albergue e na Centro de Acolhimento, que são locais que nem todas as pessoas deste grupo escolhem frequentar, assim outros achados poderiam ser encontrados a depender do local da realização da entrevista. Porém, dentre as limitações impostas pela Pandemia COVID-19, a realização de entrevistas foi a forma mais plausível para conhecer as percepções destas pessoas, levando-se em conta o risco de contaminação pela exposição ao vírus.

Outra limitação encontrada na realização deste estudo está atrelada a ausência de censos oficiais que adotem mesma metodologia de estudo e sejam publicados de forma periódica, o que restringiu a possibilidade de se realizar cálculo amostral do número de entrevistados. Sugere-se à gestão municipal, a realização regular de censos locais com metodologia específica para pessoas em situação de rua. Os dados resultantes destes censos dariam melhores condições para pesquisas futuras e aporte para desenvolvimento de melhores políticas pelos agentes públicos para este grupo.

Sugere-se que pesquisas futuras possam trabalhar com um número maior de pessoas em situação de rua, em outras localidades, investigando se o quadro de crise da reprodução social se repete, mesmo variando o porte dos municípios estudados, que possam ser realizados estudos mais voltados para a relação do papel das masculinidades e a reprodução social pessoas em situação de rua e a sua relação com as recorrentes crises capitalistas e ainda, que possa ser evidenciado, empiricamente, se há avanços da expropriação para demais grupos da sociedade.

É preciso dar mais evidência às estruturas não-econômicas utilizadas pelo capitalismo, (como a reprodução social) para manutenção da ordem social instituída a fim de que o aumento das desigualdades sociais e as estruturas de exploração/expropriação não se naturalizem, mas sejam cada vez mais questionadas e inaceitáveis pela população. A ideologia neoliberal tem afetado subjetivamente a sociedade, incluindo pessoas em situação de rua, de modo negativo, principalmente no modo interpretam suas condições de produção e reprodução social.

A Pandemia COVID-19 deixa como legado a necessidade de se repensar o trabalho e como as sociedades estão estruturadas. A família é quem assume o papel da reprodução social no capitalismo, principalmente em tempos de crise que reduz investimentos em políticas de proteção social. As pessoas em situação de rua entrevistadas apontaram que a maior dificuldade de viverem nas ruas está na ruptura dos laços familiares, tendo que enfrentar diariamente a solidão, angústia e saudades de seus entes, utilizando a fé, drogas e álcool como apoio para enfrentar a realidade em que se encontram.

Fenômenos recorrentes de inflação, falta de trabalho e diminuição de direitos sociais tem desestruturado as famílias de países capitalistas dependentes, que não conseguem mais manter as condições para reprodução social, o que têm levado homens ao abandono de suas casas, por não mais conseguirem cumprir o papel de provedores e deixado mulheres ainda mais sobrecarregadas com as atividades de produção e reprodução social, na informalidade.

Não ter vínculos familiares significa não ter parentes ou outras pessoas próximas a quem recorrer para ter acesso à moradia, alimentação e saneamento básico, em momentos de crise de acumulação, quando a expropriação capitalista se acirra e o desemprego estrutural aumenta.

Assim, a problemática da falta de moradia é uma situação que interessa a toda a sociedade que sofre cada vez mais com práticas neoliberais.

A expropriação é um processo material e histórico e tem promovido o aumento da vulnerabilidade social. A expropriação é recurso ao qual as classes dominantes lançam mão diante de crises de acumulação, mas que é um risco à sociedade capitalista. Uma multidão de expropriados pode causar revolta incontrolável da população que põe em perigo toda a estrutura capitalista. Ainda assim, é cada vez maior o número de pessoas negligenciadas pelas políticas sociais. A justificativa para isto é que o neoliberalismo possa estar mudando o modo das pessoas de perceber seu papel no capitalismo, criando um ambiente político, no qual, graças à informalidade e ao empreendedorismo, as pessoas culpam a si mesmas e não às estruturas sociais capitalistas pela sua expropriação e condição precária de sobrevivência.

Esperamos inspirar trabalhos futuros que busquem escutar das pessoas em situação de rua o modo como enxergam sua própria condição, como se veem produzindo seu trabalho e reproduzindo, ainda que de modo inconsciente o discurso ideológico neoliberal. Afinal, conforme avança a sanha neoliberal de acúmulo de capital e a expropriação segue como instrumento intrínseco ao capitalismo, quantos não correm o risco de, sem emprego, perderem sua moradia? A situação de rua, mais que realidade “distante” se mostra cruel futuro que aguarda, e assim, aterroriza as classes trabalhadoras a demandarem cada vez menos dignidade no trabalho a fim de evitar a perda de moradia e de condições mínimas de reprodução social.

REFERÊNCIAS

- AL ALAM, Maria do Carmo Ledesma. **População em situação de rua: território como lugar de trabalho**. 2014. 88f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Notas sobre as bases teóricas da teoria marxista da dependência. In: NEVES, Lafaiete Santos (org.). **Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: CRV, 2012.
- ARRUZZA, Cinzia. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 39-60, 2018.
- BARDI, Giovanna *et al.* Pandemia, desigualdade social e necropolítica no Brasil: reflexões partir da terapia ocupacional social. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, v. 4 n. 3, p. 496-508, 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENAVIDES, Abraham David; NUKPEZAH, Julius A. Como os governos locais estão cuidando dos desabrigados durante a pandemia do COVID-19. **Revista Americana de Administração Pública**, v. 50, n. 6-7, p. 650-657, 2020.
- BRASIL. Lei n.º 8.742 de 9 de agosto de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- BRASIL. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para População em Situação de Rua. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2009.
- BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- BORYSOW, Igor da Costa; CONILL, Eleonor Minho; FURTADO, Juarez Pereira. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 3. p. 879-890, 2017.
- CAPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/28450/analise-de-conteudo-e-analise-de-discurso-nas-ciencias-sociais/i/pt-br>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Estado e sociedade civil. In: **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

- CUNDA, Mateus Freitas; SILVA, Rosane Neves. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. 1-17, 2020.
- DALVA. **Que Deus nos salve dessa sociedade doente**. São Paulo, 19 fev. 2022. Instagram: spinvisível. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaKXQ2QMRVe/>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- DIEHL, Rodrigo Cristiano; PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. Estado Latino-Americano: contradições nos sistemas de proteção social. **Revista Faculdade de Direito**, v. 44, p. 1-29, 2020.
- DUPAS, Gilberto. Pobreza, Desigualdade e Trabalho no Capitalismo Global. **Nueva Sociedad**, n. 215, 2008.
- ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência Saúde coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3431-3436, 2020.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. v. 1, São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERRAZ, Deise Luiza da Silva. **Desemprego, exército de reserva, mercado formal-informa: discutindo categoria**. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios Revista de Filosofia**, v. 24, n. 44, p. 97-127, 2017.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, n. 70, p. 101-138, 2007.
- FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, n. 77, p. 11-39, 2009.
- FRASER, Nancy. Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do capitalismo. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 1, p. 703-728, 2015.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate uma conversa na teoria crítica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GOULART, Débora Cristina. Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 160-171, 2012.

GREGÓRIO, José Renato Bez. Concepção gramsciana de “Estado ampliado”, aspectos estruturais e históricos do Estado brasileiro e as políticas públicas. *In*: COSTA, Joaquim Gonçalves *et al.* (org.) **Estado, território e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2019. Coleção trabalho, subjetividade e políticas públicas, v. 2.

Grupo de Epidemiologia do Mecanismo de Resposta de Emergência da Nova Pneumonia por Coronavírus, Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China. Análise das Características Epidemiológicas da Nova Pneumonia por Coronavírus. **Jornal Chinês de Epidemiologia**, v. 4 n. 2, p. 145-151, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HASS, Francisco. **Análise do Programa Bolsa Família à luz da teoria da justiça de Nancy Fraser**. 2016. 198 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

HONORATO, Bruno Eduardo Freitas; OLIVEIRA, Ana Carolina S. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1064-1078, 2020.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Anderson da Silva. Pessoas que vivenciam a situação de rua sob o olhar da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 684-692, 2018.

IANNI, Octávio. A questão Social. **Ciência & Trópico**, v. 17, n. 2, p. 189-202, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 04 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nomes mais frequentes – Nota Técnica Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/nota.tecnica.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

KIRBY, Tony. Os esforços aumentam para proteger os sem-teto do COVID-19 no Reino Unido. **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 8, n. 5, p. 447-449, 2020.

LANFRANCHI, Caroline Teixeira Nakagawa; FERREIRINHO, Viviane Canecchio. Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 62-81, 2019.

MATTOS, Pedro Lincoln L. C. de. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 823-848, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti. *et al.* Entre a benesse e o direito: as políticas de atendimento à população em situação de rua na América Latina. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p.1-17, 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p.119-146, 2012.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 270-287, 2012.

MONZELLI, Arthur; CAGNIN, José Guilherme; NAVARRO, Érica Zavanella. O proletariado em Friedrich Engels: investigações sobre o problema da moradia e a necessidade de uma alternativa radical. **Cadernos Cemarx**, v. 15, n. esp, p. 1-24, 2022.

MUELLER, Rafael Rodrigo; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Crescimento Econômico, Progresso Técnico e Desigualdade Social sob a perspectiva de Marini e Oliveira. *In*: NEVES, Lafaiete Santos (org.). **Desenvolvimento e Dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**, Curitiba: Editora CRV, 2012.

MUNIZ, Sérgio Tadeu Gonçalves. Dependência, Industrialização e Desenvolvimento na América Latina: uma comparação entre as ideias de Ruy Mauro Marini e Raúl Prebisch. *In*: NEVES, Lafaiete Santos (org.). **Desenvolvimento e Dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

OLIVEIRA, Alison; GUIZARDI, Francini Lube. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde e Sociedade** v. 29, n. 3, p. 1-12, 2020.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; OLIVEIRA, Aline Lourenço de. A lente teórica da reprodução social contra a miopia sexista da “cortina de fumaça” da falsa dicotomia entre lutas feministas e austeridade econômica no Brasil atual. *In*: ENCONTRO DA ANPAD – EnANPAD, 45., 2021, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: ANPAD, 2021. Disponível em: http://anpad.com.br/pt_br/event/details/114. Acesso em: 12 jan. 2022.

PARSELL, Cameron; CLARKE, Andrew and KUSKOFF, Ella. Compreendendo as respostas aos sem-teto durante o COVID-19: um exame da Austrália. **Estudos de Habitação**, p. 1-14. 2020.

PAULA, Hermes Candido de; DAHER, Donizete Vago; KOOPMANS, Fabiana Ferreira; FARIA, Magda Guimarães de Araújo; LEMOS, Patricia Ferraccioli Siqueira; MONIZ, Marcela de Abreu. Sem isolamento : etnografia de pessoas e situação de rua na pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 2, p. 1-8, 2020.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Hegemonia a qualquer custo: neoliberalismo e globalização como expressão de uma guerra total. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 17, n. 25, p. 11-31, 2013.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: Processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 1, p. 82-104, 2019.

PINHO, Roberta Justel do; PEREIRA, Ana Paula Fernandes Barão; LUSSI, Isabela Aparecida de Oliveira. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 3, p. 480-495, 2019.

PRATES, Ângelo Marcos Queiróz. A dinâmica da estrutura produtiva da região sul/sudoeste de Minas Gerais nos anos recentes: apontamentos de sua inserção na economia mineira. *In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*, 14., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. Morar na rua: Fluxos e Fronteiras. *In: SIMPÓSIO BIENAL SBPSP*, 2., 2020, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: SBPSP, 2020. p. 246-257.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da Covid-19 de fora dos grandes centros. **Espaço e Economia**, v. 18, p. 1-10, 2020.

REIS, Mariana Sato dos. **Centro de referência especializada para a população em situação de rua (Centro POP) de Londrina (PR): uma análise a partir da perspectiva do usuário**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

RODRIGUES, Igor de Assis; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. **Physis**, v. 30, n. 3, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Graphium, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SHADMI, Efrat. *et al.* Equidade em saúde e COVID-19: perspectivas globais. **Jornal Internacional de Equidade na Saúde**, v. 19, n. 104, p. 1-16, 2020.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais**. Brasília: IPEA, 2020. Nota Técnica, n. 74. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.

SILVA, Ana Paula Cardoso. Em tempos de COVID-19: fique em casa? Mas, onde fica os que “moram” nas ruas? **Vértices**, v. 22, n. esp., p. 952-964, 2020.

SOUZA, William Azevedo. **A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: Um campo de intercessão**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. COVID-19 revela a desigualdade de condições da vidas dos brasileiros. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 101-103, 2020.

TIENGO, Verônica Martins. **Rualização e informalidade: frutos do capitalismo**. Curitiba: Appris, 2000.

VALE, Aléxa Rodrigues do; VECCHIA, Marcelo Dalla. Sobreviver nas ruas: percursos de resistência à negação do direito à saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. 1-16, 2020.

VASCONCELOS, Kathleen Elane Leal; SILVA, Mauricelia Cordeira da; SCHMALLER, Valdilene Pereira Viana. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 82-90, jun. 2013.

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista – Pessoas em Situação de Rua

Dados de identificação

Nome:

Idade:

Gênero:

Perguntas

- 1) Há quanto tempo está na rua?
- 2) Como é o seu dia?
- 3) Você tem amigos ou pessoas que tem contato com quem pode contar em momentos de dificuldades?
- 4) Como você se sustenta?
- 5) Mais alguém depende de você para sobreviver?
- 6) O que seu sustento significa para você?
- 7) Porque você foi morar nas ruas?
- 8) Qual o significado da moradia para você?
- 9) Quais as maiores dificuldades que enfrenta no seu dia?
- 10) Estamos há mais de um ano enfrentando uma doença que se chama COVID-19. Como você ficou sabendo da pandemia da Covid-19?
- 11) Como era sua vida antes da pandemia e como é agora? Mudou alguma coisa? A prefeitura fez alguma coisa por você?
- 12) Como vc avalia o trabalho da prefeitura com relação a todos que moram nas ruas e como vc avalia os agentes públicos com relação aos cuidados que vc recebeu?
- 13) Você tem tomado cuidados para não ficar doente? Por quê?
- 14) Quais cuidados recebeu neste período para não ficar doente? Quem te ajudou?
- 15) A pandemia atrapalhou a rotina do seu dia a dia?
- 16) O que a pandemia tirou de você?
- 17) Ficou mais fácil ou difícil sobreviver nas ruas?
- 18) Como vc acha que a pandemia afetou quem mora na rua ?
- 19) Você teria sugestões para melhoria do atendimento das pessoas em situação de rua pela Prefeitura? Se sim, quais?

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista - Agentes públicos

Dados de identificação

Nome:

Gênero:

Profissão/cargo:

Perguntas:

- 1) Há quanto tempo trabalha com Pessoas em Situação de Rua?
- 2) Quais são as políticas específicas do município para cuidado das pessoas em situação de rua?
- 3) O governo municipal tem vínculos com outras instituições não governamentais para cuidado desta população? Em caso afirmativo, quais seriam e com que objetivos?
- 4) Para você, quais fatores levam essas pessoas a viver nas ruas?
- 5) Estamos há mais de um ano em situação de pandemia Covid-19. Como isso impactou o seu trabalho com as pessoas em situação de rua?
- 6) Foram criadas novas medidas por causa da pandemia para essas pessoas? O que foi feito para prevenir o contágio da COVID-19 dessas pessoas?
- 7) Em algum momento, houve testagem para detectar COVID-19 para este grupo? Quando? Por quê?
- 8) Como foi realizado o processo de vacinação deste grupo? Como foram detectados?
- 9) Como o governo municipal tem cuidado dessas pessoas em tempos de pandemia? Houve alguma mudança no manejo?
- 10) Você teria sugestões para melhoria do atendimento das pessoas em situação de rua pela Prefeitura? Se sim, quais?
- 11) O que significa para você trabalhar com essas pessoas?
- 12) O que acha que poderia melhorar a vida dessas pessoas?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNIFAL-MG
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Sala 314 E - Alfenas/MG- CEP 37130-000
Fone: (35) 3701 9153

-Participante da Pesquisa-**Dados de Identificação**

Título da pesquisa: **Pandemia COVID-19 e Pessoas em Situação de Rua: medidas públicas, reconhecimento e acolhimento em um município do sul de Minas Gerais**

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma

Pesquisador(es) participante(s): Carla Sandra Aguiar Siqueira dos Santos, Profa. Dra. Aline Lourenço de Oliveira e Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira.

Nome do participante:

Data de nascimento:

CPF:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa **“Pandemia COVID-19 e Pessoas em Situação de Rua: medidas públicas, reconhecimento e acolhimento em um município do sul de Minas Gerais”**, de responsabilidade da pesquisadora Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após entender sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisadora responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido(a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo analisar como as ideias do neoliberalismo está presente no dia a dia dos agentes públicos e as pessoas em situação de rua, principalmente sobre as principais medidas que as pessoas em situação de rua receberam do poder público neste município durante a pandemia da COVID-19 pelo poder público, no período de março de 2020 a novembro de 2021. Por meio deste estudo, pretende-se entender a relação que existe entre como se deve enfrentar

doenças e ao mesmo tempo cuidar das questões sociais como a desigualdade econômica e quais valores são realmente importantes para a sociedade.

2. A sua participação nesta pesquisa será responder a algumas perguntas elaboradas pela pesquisadora em um local de sua escolha com previsão de duração de uma hora. As entrevistas serão realizadas por Carla Sandra Aguiar Siqueira e serão registradas por meio de gravação de áudio/voz para facilitar o processo de passar as respostas a limpo para um papel após informações coletadas. Os dados colhidos servirão somente para este estudo, sendo preservada o segredo das informações bem como do entrevistado.

3. Durante a realização da pesquisa poderão ocorrer riscos de mínimo de desconforto que serão minimizados com a garantia de sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins e direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada; possibilidade de constrangimento que serão minimizados com a garantia de acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa; quebra de sigilo ou de anonimato que serão minimizados com a garantia de não será identificado o nome do entrevistado, a fim de garantir que ninguém saiba quem deu a entrevista; desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador que serão minimizados com a garantia de uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro.

3.1 Para execução da pesquisa, será observado o cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da própria CONEP, como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Dessa forma, para a execução dos procedimentos de pesquisa presenciais, planejados para serem realizados no período de 02/10 a 30/12/2021, serão adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa. De maneira específica no presente protocolo, serão tomadas as seguintes medidas para reduzir riscos: as entrevistas serão agendadas em locais ventilados, serão fornecidos máscaras e álcool gel para os entrevistados, uso de máscaras pela pesquisadora, distanciamento físico de 1,5 m entre pesquisadora e participante. Se mesmo sendo tomadas todas as medidas descritas, resultar necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, a equipe de pesquisa submeterá imediatamente notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep.

4. Ao participar desse trabalho você contribuirá com a necessidade de se repensar juntos o que é importante para nós e como estamos conduzindo o trabalho, as necessidades humanas e as formas de consumo enquanto legados da pandemia da COVID-19, questionando-se como podemos melhor construir o espaço e a sociedade em que vivemos.

5. Sua participação neste projeto terá a duração de um encontro com tempo médio de 01 hora.

6. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo os questionários, entrevistas, aulas, cursos, palestras, consultas/exames/tratamentos/etc. totalmente gratuitos; e deixará de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

7. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à buscar ressarcimento.

8. Caso ocorra algum dano, previsto ou não, decorrente da sua participação no estudo, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo patrocinador e/ou pesquisador responsável), pelo tempo que for necessário; e terá o direito a buscar indenização.

9. Será assegurada a sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em segredo. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

10. Você foi informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.

11. Conforme o item III.2, inciso (i) da Resolução CNS 466/2012 e o Artigo 3º, inciso IX, da Resolução CNS 510/2016, é compromisso de todas as pessoas envolvidas na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para os indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Por esses motivos,

AUTORIZO () / NÃO AUTORIZO ()

a coleta e divulgação de imagens/fotografias/vídeos/som de voz para a presente pesquisa.

12. Você poderá consultar o(a) pesquisador(a) Profa. Dra. Fernanda Mitsue Soares Onuma, no seguinte telefone 35 9115-5060 ou email fernanda.onuma@unifal-mg.edu.br e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

**O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG) é um colegiado composto por membros de várias áreas do conhecimento científico da UNIFAL-MG e membros da nossa comunidade, com o dever de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento científico dentro de padrões éticos.*

Eu, _____, CPF nº _____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

(Cidade), (dia) de (mês) de (ano)

.....
 (Assinatura do participante da pesquisa)

.....

 (Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante)

(Opcional)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do participante. As testemunhas não podem ser ligadas ao pesquisador (a).

Testemunha 1: (nome completo da testemunha 1) CPF Nº

.....
 (assinatura da testemunha 1)

Testemunha 2: (nome completo da testemunha 2) CPF Nº

.....
 (assinatura da testemunha 2)

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PANDEMIA COVID-19 E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: MEDIDAS PÚBLICAS, RECONHECIMENTO E ACOLHIMENTO EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS GERAIS

Pesquisador: FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA **Área**

Temática:

Versão: 2

CAAE: 50446521.1.0000.5142

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.944.335

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas-MG (ICSA/UNIFAL-MG). Trata-se de pesquisa qualitativa a ser realizada com oito pessoas em situação de rua e sete profissionais atuantes com esta população no município de Alfenas-MG. Financiamento próprio.

Pesquisadoras não manifestam conflitos de interesse.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Analisar como a ideologia do neoliberalismo afeta as percepções de agentes públicos e de pessoas em situação de rua de um município do Sul de Minas Gerais a respeito das principais medidas adotadas de pandemia da COVID-19, em favor desta população no período de março de 2020 a novembro de 2021.

Objetivo Secundário:

- Identificar, a partir da percepção dos agentes públicos e das pessoas em situação de rua do município estudado, as principais medidas públicas adotadas pelo governo local para acolhimento e proteção das pessoas em situação de rua no período de enfrentamento à pandemia COVID-19. - Compreender, à luz da ideologia neoliberal, as percepções dos agentes públicos que trabalham com as pessoas em situação de rua durante a pandemia COVID-19 acerca das medidas adotadas pelo poder público local para acolhimento e proteção das pessoas em situação de rua no período

estudado. - Compreender, à luz da ideologia neoliberal, as percepções de pessoas em situação de rua durante a Pandemia COVID-19 acerca das medidas adotadas pelo poder público local para acolhimento e proteção desta população durante o período estudado. - Analisar, com base na crítica ao neoliberalismo em Nancy Fraser e seu conceito de expropriação, as principais medidas adotadas em relação às pessoas em situação de rua durante a pandemia pelo poder público local.

Avaliação do CEP:

- a. objetivos claros e bem definidos;
- b. coerentes com a propositura geral do projeto;
- c. exequíveis (considerando tempo, recursos, metodologia etc.)

Endereço:	Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E		
Bairro:	centro	CEP:	37.130-001
UF:	MG	Município:	ALFENAS
Telefone:	(35)3701-9153	Fax:	(35)3701-9153
		E-mail:	comite.etica@unifal-mg.edu.br

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As pesquisadoras apontam os riscos e as seguintes medidas minimizadoras:

" Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos de desconforto que serão minimizados com a garantia de sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins e direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada; possibilidade de constrangimento que serão minimizados com a garantia de acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa; quebra de sigilo ou de anonimato que serão minimizados com a garantia de não identificação nominal no formulário nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador que serão minimizados com a garantia de uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro. Para realização das entrevistas, a mestranda orientanda, por ser profissional da área da saúde, já se encontra imunizada contra COVID-19. Todavia, mesmo com a imunização, as medidas necessárias de afastamento e de higienização das mãos serão observados a fim de minimizar possíveis riscos de contaminação, podendo se optar por entrevistas remotas, caso seja de preferência da comissão. Serão atendidas as medidas de cuidado à integridade física e emocional de pesquisadores e participantes da pesquisa, conforme diretrizes do Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da própria CONEP, como descrito no Comunicado CONEP de 09/05/2020. Serão adotadas medidas sanitárias para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa. De maneira específica no presente protocolo, serão tomadas as seguintes medidas minimizadoras de riscos: as entrevistas serão agendadas em locais ventilados, serão fornecidos máscaras e álcool gel para os entrevistados, uso de máscaras pela pesquisadora, distanciamento físico de 1,5 m entre pesquisadora e participante. Se mesmo sendo tomadas todas as medidas descritas, resultar necessária a suspensão, interrupção ou o cancelamento da pesquisa, em decorrência dos riscos imprevisíveis aos participantes da pesquisa, por causas diretas ou indiretas, a equipe de pesquisa submeterá imediatamente notificação para apreciação do Sistema CEP/Conep".

Sobre os benefícios, as pesquisadoras apontam:

" Proporcionar visibilidade ao modo como o poder público local do município estudado tem lidado com o atendimento a pessoas em situação de rua no contexto da pandemia da COVID-19, a fim de que a pesquisa possa oferecer informações para a tomada de decisão com vistas ao melhor atendimento à população de rua no município".

Endereço:	Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E		
Bairro:	centro	CEP:	37.130-001
UF:	MG	Município:	ALFENAS
Telefone:	(35)3701-9153	Fax:	(35)3701-9153
		E-mail:	comite.etica@unifal-mg.edu.br

Análise do CEP:

a. Os riscos de execução do projeto estão descritos no projeto e apresentam medidas preventivas e minimizadoras coerentes.

b. Há benefícios oriundos da execução do projeto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa descritiva, qualitativa, em que a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos que trabalham com pessoas em situação de rua em nível municipal e com pessoas em situação de rua. A finalidade é de entender as percepções destes profissionais e dos próprios moradores de rua, sobre medidas públicas tomadas para este grupo social no período da pandemia COVID-19. A análise dos dados obtidos será realizada por meio da Análise de Conteúdo, à luz da Teoria Crítica de Nancy Fraser. Para o recrutamento das pessoas em situação de rua será utilizado a amostragem tipo "bola de neve", em que uma pessoa indica a outra. Os encontros com as Pessoas em Situação de Rua serão planejados e realizados com a presença de uma assistente social do município que poderá facilitar a identificação dos participantes do estudo.

Análise do CEP:

a. Metodologia da pesquisa – adequada ao objetivo do projeto.

b. Referencial teórico da pesquisa – atualizado e suficiente para aquilo que se propõe;

c. Cronograma de execução da pesquisa – coerente com os objetivos propostos e adequado ao tempo de tramitação do projeto no CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

a. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente e adequado

b. Termo de Assentimento (TA) – não se aplica

c. Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica

d. Termo de Compromisso para Utilização de Dados e Prontuários (TCUD)- presente e adequado

e. Termo de Anuência Institucional (TAI)- presente e adequado.

f. Folha de rosto - presente e adequada.

g. Projeto de pesquisa completo e detalhado - presente e adequado.

h. Declaração de compromisso do pesquisador responsável - presente e adequada

i. Termo de Compromisso para desenvolvimento de protocolos de pesquisa no período da pandemia do Coronavírus (COVID-19)- presente e adequado

Recomendações:

Não há

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após análise, a Coordenação do CEP emite parecer ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1772854.pdf	26/08/2021 15:23:01		Aceito

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E

Bairro: centro

CEP: 37.130-001

UF: MG

Município: ALFENAS

Telefone: (35)3701-9153

Fax: (35)3701-9153

E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

Outros	TCUD_Pesquisadora.pdf	26/08/2021 15:19:59	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_Pesquisa_Pandemia.pdf	26/08/2021 15:14:07	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TAI_Secretaria.pdf	26/08/2021 15:13:07	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Outros	TCUD_Secretaria.pdf	26/08/2021 15:08:42	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito

Página 04 de

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	26/08/2021 15:07:06	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TAI_ICSA_CEP_FernandaMitsue.pdf	03/08/2021 11:40:34	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_CEP_FernandaMitsue.pdf	03/08/2021 11:39:38	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	02/08/2021 19:26:03	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_Compromisso_CEP_UNIFAL.pdf	02/08/2021 18:38:41	FERNANDA MITSUE SOARES ONUMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ALFENAS, 31 de Agosto de 2021

Assinado por:
CARLA HELENA FERNANDES
(Coordenador(a))

Endereço:	Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E		
Bairro:	centro	CEP:	37.130-001
UF:	MG	Município:	ALFENAS
Telefone:	(35)3701-9153	Fax:	(35)3701-9153
		E-mail:	comite.etica@unifal-mg.edu.br